

ESCOLA DE HUMANIDADES  
HISTÓRIA

ANA LETÍCIA EIDT POSTIGA

**PARA ALÉM DA AMBIGUIDADE:**  
A CONSTRUÇÃO DE CÉSAR EM *PRO MARCELLO*

Porto Alegre  
2022

GRADUAÇÃO



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL**  
**ESCOLA DE HUMANIDADES**  
**CURSO DE HISTÓRIA**  
**MONOGRAFIA**

**ANA LETÍCIA EIDT POSTIGA**

**PARA ALÉM DA AMBIGUIDADE:**  
**A CONSTRUÇÃO DE CÉSAR EM *PRO MARCELLO***

Porto Alegre

**2022**

ANA LETÍCIA EIDT POSTIGA

**PARA ALÉM DA AMBIGUIDADE:  
A CONSTRUÇÃO DE CÉSAR EM *PRO MARCELLO***

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção de grau de Bacharel em História, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Luis Carlos dos Passos Martins

Porto Alegre

**2022**

ANA LETÍCIA EIDT POSTIGA

**PARA ALÉM DA AMBIGUIDADE:**  
A CONSTRUÇÃO DE CÉSAR EM *PRO MARCELLO*

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção de grau de Bacharel em História, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Eliana Ávila da Silveira

---

Prof. Me. Arthur Beltrão Telló

---

Prof. Dr. Luis Carlos dos Passos Martins

Porto Alegre

2022

A Arthur Aloísio Eidt (*sit tibi terra levis*),  
querido avô e fantástico contador de histórias.

Esta história sobre a qual vou escrever agora é  
um pouco diferente daquela que você adorava me contar  
sobre uma cidade, uma guerra e um enorme cavalo de madeira,  
mas acho que você vai gostar.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar agradecendo aos espaços em que este trabalho foi em maior parte preparado e escrito. Sou imensamente grata às bibliotecas Irmão José Otão, no campus da PUCRS, e Osvaldo Bastos, em Osório, RS, e a todos os seus respectivos funcionários.

Aos meus incríveis pais, Letícia e Manoel, que me apoiam incondicionalmente e me ouviram falar sobre o tema desta monografia por seis meses inteiros (quase) sem reclamar. À minha maravilhosa avó, Olga, professora e incentivadora de sonhos, que se sentou ao meu lado e me ajudou a caçar erros de normas técnicas por todas as páginas deste trabalho. À minha irmã, Lela, que também é minha melhor amiga e maior inspiração.

A Cattulo de Campos, amigo, confidente e namorado, que tem superpoderes para desacelerar o tempo e me lembrar de manter a calma.

Aos meus amigos, Gigi, Vit, Gika e Gabe, que entenderam os motivos do meu desaparecimento este semestre e me deram todo o suporte que eu poderia desejar.

Aos meus colegas e amigos, Pricila Müller, Isadora Freitas, Tobias Droste e Thiago Costa, que de diversas formas foram os músculos que me ajudaram a continuar em movimento até a linha de chegada.

Aos meus professores: um especial obrigada a professora Gislene Monticelli, que primeiro leu este trabalho na disciplina destinada à redação da monografia; ao professor Marçal de Menezes Paredes, pelo incentivo e encorajamento; Arthur Telló e Luis Evandro Hinrichsen, pelas horas que me cederam de conversas sobre latim, retórica, filosofia e Cícero, e cuja ajuda foi absolutamente indispensável; Eliana Ávila Silveira, pela lembrança de que a simplicidade é a essência de todo o bom plano (e de toda a boa monografia também); e Luis Carlos dos Passos Martins, orientador desde o primeiro dia do primeiro ano de faculdade, que quase como um pai, me incentivou a caminhar com as minhas próprias pernas.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise de *pro Marcello*, de Marco Túlio Cícero. Proferida perante o Senado em setembro de 46 AEC, a *pro Marcello* é um agradecimento a César pelo perdão de Marco Marcelo. César, que havia saído vitorioso do conflito civil contra Pompeu, encontrava-se agora em uma posição de enorme poder, tendo assegurado para si o posto de ditador por dez anos. Ao perdoar Marcelo, pede que os outros senadores presentes na sessão comentem sobre sua decisão, e Cícero pronuncia, em virtude disto, a *pro Marcello*. Com numerosos estudos acerca da oração, um elemento sempre presente é a ambiguidade contida em seu interior. Ao contrário de alguns autores, esta pesquisa não pretende esclarecer a intenção de Cícero na oração. Através da aplicação de princípios e conceitos da metodologia de análise do discurso de vertente francesa, buscou-se analisar a forma como Cícero constrói a figura de Júlio César em seu discurso.

**Palavras-chave:** *Pro Marcello*; Cícero; César; análise do discurso.

## ABSTRACT

The present work has the goal to analyse Marcus Tullius Cicero's *pro Marcello*. Delivered to the Senate in September 46 BCE, the *pro Marcello* is a speech in thanks to Caesar for the pardon of Marcus Marcellus. Caesar, who had walked victorious out of the civil war against Pompeius, found himself in a position of great power, having secured for himself the post of dictator for himself for ten years. After pardoning Marcellus, he asks the other senators present in the session for their opinion, and so Cicero pronounces the *pro Marcello*. Across numerous studies on this speech, an ever-present element is the ambiguity within it. Conversely to some authors, this research does not intend to clarify Cicero's intentions throughout the oration. By applying principles and concepts from the critical discourse analysis, it's sought to analyse the way in which Cicero builds Julius Caesar's figure in his discourse.

**Keywords:** *Pro Marcello*, Cicero, Caesar, discourse analysis.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEC = Antes da Era Comum

App. = Appiano, Appian.  
*B Civ. Bellum Ciuile*, Civil Wars.

Arist. = Aristóteles, Aristotle.  
*Rhet.* A Arte da Retórica, The Art of Rhetoric.

Cic. = Cícero, Cicero, Cicéron  
*Att. Epistulae ad Atticum*, Letters to Atticus, Lettres à Atticus.  
*Fam. Epistulae ad Familiares*, Letters to Friends, Lettres a Ses Amis.  
*Marc. Pro Marcello*, Discurso sobre Marcelo, For Marcellus.  
*Rep. De Republica*, The Republic.

Plat. = Platão.  
*Rep.* A República.

Plut. = Plutarco, Plutarch.  
*Cic.* Life of Cicero.  
*Caes.* Life of Caesar.

Pol. = Políbio, Polybius.  
*Hist.* Histories.

Sal. = Salústio, Sallust.  
*Cat.* Catiline's Conspiracy.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>TEMPOS CONTURBADOS.....</b>	<b>14</b>
2.1	VIDA E OBRA DE CÍCERO.....	14
2.2	MEIO SÉCULO DE CONTENDAS.....	15
<b>2.2.1</b>	<b>Guerra Social e guerra civil.....</b>	<b>15</b>
<b>2.2.2</b>	<b>Paz aparente e a Conjuração Catilina.....</b>	<b>18</b>
2.3	O PRIMEIRO TRIUNVIRATO: DA ALIANÇA AO CONFRONTO.....	19
2.4	<i>ALEA IACTA EST</i> : A GUERRA CIVIL ENTRE POMPEU E CÉSAR.....	22
2.5	A DITADURA DE CÉSAR.....	26
<b>3</b>	<b>A <i>PRO MARCELLO</i>.....</b>	<b>30</b>
3.1	SINGULARIDADES DA ORAÇÃO: TIPO E ESTILO.....	30
3.2	<i>TACITUS PRAETERIRE NULLO MODO POSSUM</i> : O CÉSAR DE CÍCERO...	34
<b>3.2.1</b>	<b>Os atributos de César.....</b>	<b>34</b>
<b>3.2.2</b>	<b>César, a cena e o auditório: formas contemporâneas de pensar o antigo.....</b>	<b>39</b>
<b>4</b>	<b>PARA ALÉM DA AMBIGUIDADE.....</b>	<b>48</b>
4.1	UMA AMBIGUIDADE PROPOSITAL.....	48
4.2	<i>PRO MARCELLO</i> : ELOGIO, AMEAÇA OU PROPAGANDA?.....	49
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>59</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>61</b>
	<b>ANEXO A - <i>M. TVLLI CICERONI PRO M. MARCELLO ORATIO</i>.....</b>	<b>65</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Apresentado perante o Senado como um discurso *impromptu*, *Pro Marcello* se trata de um agradecimento a Júlio César pelo perdão a Marco Marcelo, grande amigo de Cícero, orador, senador e cônsul de 51 AEC. O ano era 46, e Júlio César acabara de ganhar a guerra civil contra Pompeu. Isso deixou muitos daqueles que tomaram o partido do segundo na desagradável situação de dependência do perdão do primeiro para que pudessem regressar a Roma. Tendo sido perdoado apenas no ano anterior, 47, Cícero chega em Roma para encontrar a maioria do Senado composto por cesaristas. Por conseguinte, é uma aparente surpresa para o orador que Júlio César tenha concedido clemência a Marcelo, que antes da guerra agira como um dos seus maiores opositores ao propor o fim do seu comando na Gália. Ao ter sua opinião solicitada acerca do ato de *clementia*, Cícero rompe o silêncio que mantivera desde 52 AEC e profere a oração que ficaria posteriormente conhecida por *pro Marcello*.

Cícero sempre foi bastante vocal sobre suas concepções e alinhamentos políticos. Defende a constituição mista de Roma e advoga em prol da República e da *mos maiorum*. Neste sentido, a problemática da pesquisa se dá a partir do momento que, aparentemente contrário a tudo que já defendera previamente em suas obras, Cícero elogia extensivamente César, um autocrata que recém assegurara para si o posto de ditador por dez anos. Deter-nos-emos, portanto, na forma como Cícero constrói César ao longo da primeira das Orações Cesaristas.

As obras de Cícero formam um amplo *corpus* que compreende dezenas de discursos (dentre discursos políticos, de defesa e de acusação), mais de 20 tratados filosóficos e retóricos e um total de 954 cartas. Ainda assim, obras como as Orações Cesaristas<sup>1</sup> são muito pouco estudadas se comparadas a outros escritos como as Catilinárias, as *Philippicae* e o tratado *De Republica*. Ainda que tais obras sejam, naturalmente, de enorme importância tanto para o período ao qual pertencem quanto para os estudos ciceronianos, julgamos que o mesmo se pode afirmar em relação à *pro Marcello*. Dado o contexto em que a oração se insere, é possível perceber que esta é singular em mais de uma maneira e representa uma ruptura com a

---

<sup>1</sup> São conhecidos como Orações Cesaristas o grupo composto por *pro Marcello*, *pro Ligario* e *pro Rege Deiotaro*, orações proferidas no período entre 46 e 45 AEC. Dentro do contexto ao qual pertencem, cada uma teria objetivos para além daqueles explicitados por Cícero (GOTOFF, 2002, p. 219).

oratória tradicionalmente apresentada no espaço do Senado, que se encontrava agora sob o controle de um “autocrata”.

Em contraste com discursos anteriores de Cícero, onde o orador podia expressar-se livremente, a *pro Marcello* marca um momento díspar dentro dos anos finais da República romana. É uma experiência de como se expressar perante um único governante, uma tentativa de formular uma oratória eficaz em meio a uma autocracia (STEEL, 2005, p. 34). A *pro Marcello* é, desta forma, um marco, uma oração singular que reflete e atesta a tempos incertos. Para além disso, ela é pouco estudada no Brasil. No âmbito da bibliografia de produção nacional, contamos com uma tradução para o português feita por Débora Shinohara (2015) e um capítulo escrito na língua inglesa por Adriano Scatolin (2018).

Os estudos que se debruçam em cima desta oração em particular são numerosos, datando desde a Antiguidade e a Idade Média até os dias de hoje. Em alguns casos, a autenticidade da obra foi contestada; em outros, acusam-na de ser uma falsificação datada do período Imperial (DUGAN, 2013, p. 213). Do século XX em diante, a autoria de Cícero do *pro Marcello* passou a ser amplamente aceita por todas as comunidades interpretativas. Os debates passam a orbitar, então, em torno da sinceridade da obra, se Cícero com ela pretendia um agradecimento genuíno<sup>2</sup>, ou se preenchia o discurso com ironias e até mesmo uma convocação de assassinato contra Júlio César<sup>3</sup>. A ambiguidade presente em múltiplos aspectos da oração chama atenção de pesquisadores, que ainda buscam respostas quanto a um possível significado por trás da linguagem turva empregada por Cícero.

Entretanto, à diferença destes estudos que se preocupam com a intenção do orador, temos como objetivo analisar a forma como a figura de César enquanto governante e vencedor de uma guerra civil é construída dentro do discurso. Prestando atenção ao léxico e utilizando como ferramenta metodológica a análise do discurso, iremos discutir a *pro Marcello* a partir de conceitos elaborados por Dominique Maingueneau (2015) e Ruth Amossy (2020), apontando as características por meio das quais Cícero descreve o ditador. Dentro dessa perspectiva, o presente trabalho é o primeiro de seu tipo.

Em virtude da metodologia escolhida, consideramos pertinente esclarecer, optamos por tratar a *pro Marcello* enquanto oração e não discurso. Para Maingueneau (1997, p. 11), “toda a produção de linguagem pode ser considerada ‘discurso’”. O discurso é pensado também pelo campo da linguística, e ao passar a ser teorizado, posteriormente, pela análise do

---

<sup>2</sup> Ver Rawson (1975) e Winterbottom (2002).

<sup>3</sup> Ver Dyer (1990) e Gagliardi (1997).

discurso, suscita profusas discussões que buscam diferenciar noções como as de discurso e texto, discurso e frase, discursos transversais a um *corpus* ou a *corpora* (MAINGUENEAU, 2015). Frente à polissemia do termo e à discussão que foge ao escopo do presente trabalho, iremos referir-nos a *pro Marcello* na qualidade de “oração”<sup>4</sup>, ainda que esta possa ser entendida como um discurso restrito a um texto.

É igualmente pertinente abordar a questão da concordância de alguns nomes de autores antigos e das traduções no corpo do texto. No que diz respeito ao primeiro item, por conta dos diferentes idiomas que compõem as referências para este trabalho, buscamos prover certa concordância entre as grafias diversas dos nomes. Desta forma, alguns dos nomes tal qual como são conhecidos na língua portuguesa apresentam uma grafia brevemente diferente. É o caso do historiador do século III EC, Appiano. Em português, o conhecemos simplesmente por Apiano. Contudo, o exemplar da obra deste autor ao qual temos acesso se encontra em língua inglesa, idioma no qual o autor é conhecido como Appian (semelhante à grafia em grego, Αππιανός). Para evitar desencontros em matéria de referências, optamos por, ao citar o autor no corpo do texto, chamá-lo de Appiano. O mesmo princípio, de buscar por concordâncias nos nomes de algumas personagens históricas nos diferentes idiomas da bibliografia consultada, foi aplicado no restante do trabalho.

No tocante ao segundo item, os trechos e citações retirados da bibliografia e referenciados no corpo do texto se encontram todos traduzidos para o português. As pesquisas e leituras que resultaram neste trabalho foram, em sua esmagadora maioria, feitas em línguas estrangeiras. O debate da *pro Marcello*, portanto, ainda fica bastante restrito ao âmbito internacional ou então àqueles que têm acesso ao conhecimento dos respectivos idiomas. Com esta monografia, temos também a intenção de aproximar um pouco mais a discussão do cenário nacional. Entendemos que a erudição em nada agrega se não possibilitar o acesso de seu conteúdo de forma a suscitar novos debates.

A estrutura do trabalho, por fim, está dividida em outros três capítulos para além deste. No capítulo segundo, apresentaremos alguns dos momentos que moldaram o final da república romana. Traçaremos um panorama, portanto, das turbulências pelas quais passava Roma desde a Guerra Social de 91 AEC, percorrendo a guerra civil entre Mário, Cina e Sila (bem como seus desdobramentos), a formação e desmanche do Primeiro Triunvirato, e tecendo um panorama dos principais eventos e contendas até a guerra civil entre César em

---

<sup>4</sup> Optamos pelo uso deste termo a partir do título latino pelo qual a *pro Marcello* é referida (*M. Tulli Ciceroni pro M. Marcello Oratio*). Lourenço (2019, p. 454) aponta a tradução do termo *oratio* como “discurso”.

Pompeu. Nele, poderão ser encontrados os principais elementos que contribuirão para a compreensão daquilo que retomaremos na análise e dos princípios a partir dos quais partiremos para esta.

O capítulo terceiro será destinado a uma análise mais detalhada da *pro Marcello*. Em um momento inicial, traremos elementos relativos à categoria na qual o discurso se encaixa dentro da tipologia aristotélica, fazendo observações pontuais acerca dos discursos de caráter epidítico. Em seguida, apresentaremos alguns dos atributos que Cícero dá a César no decorrer da oração e passaremos a, subsequentemente, sob a ótica da análise do discurso, pensar como estas atuam em conjunto com a construção que Cícero faz do ditador como seu interlocutor e auditório.

O capítulo quarto, finalmente, será composto de uma discussão bibliográfica aprofundada entre as principais obras e referências sobre as quais nos baseamos ao longo desta monografia. Por conta de seu amplo histórico interpretativo, a *pro Marcello* agrega em seu entorno diversos pontos de vista, cada um chegando, a partir de suas análises, a conclusões distintas. A esta discussão, somaremos também o viés da análise do discurso, que nos proporciona um ângulo diferente por meio do qual pensar a oração, ajudando-nos também na forma de pensar (e repensar) aquilo que já foi dito por outros autores de referência (mesmo que estes não adotem a mesma metodologia).

## 2 TEMPOS CONTURBADOS

A *M. Tulli Cicerone pro M. Marcello Oratio*, ainda que tenha sido cunhada somente em 46 AEC, foi bastante influenciada pelos eventos que ocorreram ainda no início do século I antes de nossa era. A cautela de Cícero ao escolher palavras e expressões, bem como suas referências a partir das quais constrói César em seu discurso, como veremos ao longo do presente trabalho, são ainda bastante ancoradas em momentos da história romana relativamente recentes e bastante marcantes para aqueles que os vivenciaram, ou mesmo para aqueles que tivessem ouvido seus relatos. O turbulento final dos anos 90 AEC e a violência desenfreada dos anos 80 deixaram suas marcas em Roma, que seriam inevitavelmente revisitadas no imaginário social a partir do momento em que irrompe a guerra civil entre Pompeu e César em 49 AEC.

### 2.1 VIDA E OBRA DE CÍCERO

Marco Túlio Cícero nasceu em 3 de janeiro de 106 AEC, filho de Hélvia e do pai, Marco Túlio Cícero, com quem compartilhava o nome. Cícero nascera em uma pequena cidade a pouco mais de 100 quilômetros de Roma, Arpino, que havia recebido cidadania romana em 188 AEC (TEMPEST, 2011, p. 20), e sua família pertencia à classe equestre. Seu pai, que tinha bons contatos em Roma, conseguiu logo cedo que os dois filhos, Cícero e seu irmão mais novo, Quinto, fossem estudar em Roma na casa de um dos maiores oradores e especialistas legais do período, Lúcio Licínio Crasso, e depois da morte deste, a mentoria dos irmãos Arpinates teria passado às mãos de Quinto Múcio Scevola *Augur* e então seu sobrinho, Quinto Múcio Scevola *Pontifex* (Plut. *Cic.* 3, 2; TEMPEST, 2011, p. 26).

Cícero também estudou extensivamente filosofia, escutando, ainda em Roma, filósofos provenientes de diferentes vertentes, como epicurismo, estoicismo, acadêmicos e neoacadêmicos. Depois de seu sucesso no caso em que atuou na defesa de Roscio de Améria, uma vez que esta ação implicava contrariar de certa forma a Sila, então ditador, Cícero decidiu passar o ano seguinte realizando seus estudos longe de Roma. Em 79 AEC partiu, então, para Atenas, onde estudou com Antíoco de Ascalão (Plut. *Cic.* 4, 1). Após alguns meses, seguiu para Rhodes, na Ásia Menor, onde se tornou discípulo de Apolônio Mólón, o retórico. Plutarco conta que, ao deixar Rhodes, Mólón pede que Cícero declame em grego para um anfiteatro repleto de estudantes de retórica. Ao concluir, Mólón, que não havia

esboçado grande reação durante a fala, teria passado um longo tempo perdido em seus pensamentos. Ao perceber que isto inquietava Cícero, teria dito: “tenho pena do triste destino da Grécia, posto que até mesmo as únicas glórias que restavam a nós, a cultura e a eloquência, através de você agora pertencem também aos romanos” (Plut. *Cic.* 4, 7).

A oratória, neste sentido, foi um dos fatores que mais contribuiu para a escalada de Cícero ao consulado. Isso porque Cícero, embora a *gens* Túlia fosse pertencente à classe equestre e tivesse boas conexões dentro da esfera política romana, não possuía nenhum histórico de ancestrais cônsules. Desta forma, Cícero foi se fazendo conhecer por via de suas habilidades oratórias até, finalmente, completar a escalada do *cursus honorum* e chegar ao consulado em 63 AEC.

A partir do término de seu consulado, vemos Cícero passar por uma série de turbulências que o levaram ao exílio, de volta a Roma e mandado ao governo da Cilícia para retornar à cidade apenas nas vésperas da guerra civil entre Pompeu e César. Mesmo quando longe do exercício de magistraturas, Cícero seguiu com sua produção literária, voltando-se para a produção de tratados filosóficos e oratórios. “Conservador até o fundo de sua alma” (ROSA, 2010, p. 24), Cícero também seguiu advogando pela causa da *res publica* até o final de sua vida.

## 2.2 MEIO SÉCULO DE CONTENDAS

### 2.2.1 Guerra Social e guerra civil

Nos últimos cinquenta anos antes da vitória de César, Roma havia passado por mudanças radicais. O fim da Guerra Social, iniciada em 91 AEC, culminou no início de um novo conflito cujos finais deixariam cicatrizes e traumas na sociedade romana pelas décadas que se seguiriam. Igualmente, estas afetariam a forma como Cícero percebia o término da guerra civil entre Pompeu e César.

Por volta do final do ano 91 AEC ou início de 90, uma parcela significativa dos povos que habitavam a península itálica revoltou-se contra Roma. Estes povos, mesmo vivendo sob a égide do *imperium* romano e pagando tributos, não possuíam cidadania. Eles passaram a formar, entre si, uma entidade política unida, que tinha até mesmo nome, capital e moeda própria, e uniram-se contra o domínio romano. No desenrolar deste conflito, Catherine Steel (2013, p. 80) indica que o único paralelo para a escala de perdas descrita pelas fontes é a segunda guerra contra Cartago. Após o término da Guerra Social, que se deu em parte por

conta da ação militar e em parte por conta da diplomacia empregada depois desta<sup>5</sup>, Roma logo se viu face a face com outra disputa armada que chegava às portas da cidade: a guerra civil entre Cina, Mário e Sila.

Mesmo com as disputas sendo travadas na península itálica durante a Guerra Social, a política externa de Roma não cessou suas atividades, como demonstrou Steel (2013, p. 87-8). Emissários romanos foram enviados para restaurar o governo de Nicomedes e Ariobazarnes, respectivamente, reis da Bitínia e da Capadócia. Ambos haviam sido depostos por apoiadores de Mitrídates, soberano do Reino do Ponto. Mitrídates tinha a ambição de aumentar seus domínios para além da considerável extensão de terra que costeava o Mar Negro e que já lhe pertencia. O comando da missão que seria enviada para reafirmar os domínios romanos sobre as províncias asiáticas atacadas foi inicialmente atribuído a Sila. No entanto, o tribuno da plebe, Públio Sulpício, propôs em 88 uma lei que transferia o comando de Sila para Gaio Mário.

A resposta de Sila para a situação foi recorrer às suas tropas para garantir sua eleição ao consulado, marchando sobre Roma e tomando a cidade. Segundo Appiano, a justificativa dada por Sila e seu exército para a invasão era que, estando Roma nas mãos de demagogos há muito tempo, haviam agido por necessidade (*App. B Civ. I. 59*). As medidas propostas por Sulpício foram subsequentemente anuladas por serem consideradas ilegais. Sila então retoma o comando da investida contra Mitrídates, mas não antes de ter Sulpício e Mário declarados inimigos do estado e condenados à morte. Sulpício foi assassinado logo em seguida; Mário conseguiu escapar em direção à cidade de Minturno (*App. B Civ. I, 60-1*). Sila, então, ao partir, no final de 88 AEC, tenta garantir a lealdade dos dois cônsules recém-eleitos, Cneu Otávio e Lúcio Cornélio Cina, pedindo que lhe prestem juramentos, prometendo que lhe seriam leais (STEEL, 2013, p. 94-5). Enquanto o primeiro se manteve, de fato, leal a Sila, o segundo abnegou o juramento no instante em que assumiu a magistratura no início do ano seguinte. Gaio Mário retornou para a Itália e juntou-se a Cina, que havia reunido tropas (STEEL, 2013, p. 95-6).

O Senado lançou-se às negociações com Mário e Cina, que haviam posicionado seu exército de maneira a controlar o influxo de alimentos que chegava a Roma pelas vias fluviais tanto do interior quanto do litoral (*App. B Civ. I, 69*). Ambos foram convidados a adentrar a cidade sob a condição de não promover um massacre, requisito este que foi deixado de lado a

---

<sup>5</sup> Para mais acerca do conflito da Guerra Social, de seus desdobramentos e conclusão, ver Catherine Steel (2013) e Harriet I Flower (2010).

partir do momento em que os dois se declararam cônsules do ano de 86. Appiano conta que, a partir da morte de Cneu Otávio, ainda legalmente cônsul, passou-se então a perseguir membros hostis dentro do Senado e da classe equestre, que foram igualmente assassinados e tiveram suas cabeças decepadas expostas no Fórum (App. *B Civ.* I, 71).

A violência não cessou neste ponto. Alguns anos mais tarde, com o retorno e a conquista de Sila, Appiano relata:

Quando o povo da Itália havia sido reduzido pela guerra e pelo fogo e pelo massacre, os comandantes de Sila espalharam-se, estabelecendo fortificações em locais suspeitos. [...] O próprio Sila chamou os romanos para uma Assembleia e [...] concluiu dizendo que implementaria uma mudança que seria benéfica ao povo se eles o obedecessem, mas que não pouparia a seus inimigos os mais terríveis tormentos [...]. Com estas palavras, ele imediatamente proscreeu em torno de quarenta senadores e aproximadamente 1.600 homens da classe equestre. [...] Alguns dos proscritos foram pegos desavisados e mortos onde estavam, em casas ou nas ruas ou templos ou em precintos. Alguns foram carregados até Sila e jogados aos seus pés, e alguns foram arrastados pelo caminho e pisoteados, mas ninguém que tenha presenciado estes horrores agora pronunciava uma palavra, pois todos estavam aterrorizados. Outros foram levados ao exílio e suas propriedades foram confiscadas<sup>6</sup> (App. *B Civ.* I, 95, tradução nossa).

Sila aterrorizou os senadores de maneira a conseguir que lhe fosse atribuído o cargo de ditador. As execuções eram realizadas em locais próximos o bastante daqueles onde ocorriam as reuniões do Senado, para que as mortes fossem escutadas pelos presentes na secção (STEEL, 2013, p. 107). Enquanto ditador, Sila realizou mudanças no âmbito político-institucional, como a alteração do número de pretores e questores (bem como de suas respectivas funções), o aumento de membros do Senado de 300 para até 600 (LINTOTT, 2009, p. 69-70), abolição da censura e a redução dos poderes dos tribunos da plebe<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> When the people of Italy had been reduced by war and fire and massacre, Sulla's commanders went round stationing garrisons in suspect places. [...] Sulla himself called the Romans to an assembly [...] concluded that he would introduce a change which would be beneficial to the people, if they would obey him, but that he would spare none of his enemies the ultimate torment [...]. With these words, he immediately proscribed about forty senators and approximately 1,600 of the equestrian class. [...] Some of the proscribed were caught unawares and killed on the spot, in houses or streets or temples or precincts, some were carried bodily to Sulla and hurled down at his feet, and some were dragged along the ground and trampled on, but no one who witnesses these horrors now uttered a word because everyone was terrified. Others were driven into exile and their property confiscated.

<sup>7</sup> Os poderes dos tribunos da plebe foram reduzidos a, essencialmente, o poder de veto. Steel (2013, p. 128) aponta que o tribunato da plebe ficou reduzido a uma posição negativa, protegendo os cidadãos somente prevenindo ações de outros, sem, no entanto, ter o poder de propô-las. Igualmente, esta situação limitava imensamente a participação do povo romano. Mais sobre as mudanças constitucionais feitas por Sila podem ser encontradas na obra de Harriet Flower (2010), *Roman Republics*.

Pesquisas que estudam a autorrepresentação de Sila e de sua celebração de vitória e de inauguração de uma nova era levam até mesmo a interpretações de que seu programa de reformas se inclinava mais para um novo tipo de república do que propriamente a uma restauração da antiga (FLOWER, 2010, p. 120).

Foi dentro deste cenário bastante caótico que Cícero, em 80 AEC, teve seu primeiro destaque no universo político de Roma. O orador contava com, àquela altura, 26 anos, e atuou como advogado em defesa<sup>8</sup> de Roscio Amerino. Plutarco comenta que, uma vez que se tornar *patronus* de Roscio implicava, indiretamente, questionar as ações de Sila, Cícero, temendo uma retaliação por parte deste, decide então dedicar o ano seguinte aos seus estudos longe de Roma, partindo para Atenas e logo em seguida para a Ásia Menor (Plut. *Cic.* 3. 4-7).

A Roma que emergia das décadas compreendidas entre 91 e 78 AEC havia engajado em séries de transformações que envolviam mudanças não só na distribuição de poder entre diferentes facções das elites, mas também entre diferentes grupos da sociedade romana, tudo em uma velocidade difícil de ser comparada a outros períodos na história política (STEEL, 2013, p. 121).

## 2.2.2 Paz aparente e a Conjuração Catilina

A maioria das medidas e mudanças administrativas feitas por Sila foram deixadas de lado após este ter largado o posto de ditador em 79 AEC e retornado à vida como um cidadão privado no sul da Itália (LADEIRA, 2020, p. 141). Contudo, a memória das proscricções e da enorme violência que tomara conta de Roma durante os anos de disputa entre Cina e Sila era bastante recente. Segundo Felipe Coelho de Souza Ladeira (2020, p. 141), é por conta disso que Cícero imaginava que, no conflito que pairava sobre o final dos anos 50 AEC, César possivelmente não se deferiria dos protagonistas da guerra civil anterior.

O ano de 70 AEC marcou o fim de uma era de experimentação política e trouxe conclusão para assuntos que concerniam questões estrangeiras, como a derrota da revolta de Spartacus (73-71 AEC), a restauração do poder romano na Espanha e a fuga de Mitrídates perante Lúculo (STEEL, 2013, p. 140-1). A década de 60 trouxe, então, o consulado de

---

<sup>8</sup> Como nota Catherine Steel (2005, p. 15-6), em uma corte criminal, a atuação enquanto advogado de defesa não vinha acompanhada dos mesmos estigmas da acusação, que deveria ser trazida à tona por indivíduos privados que quisessem levar seu caso a um tribunal. No caso de uma ou mais acusações bem-sucedidas, o advogado encarregado desta parte poderia adquirir para si uma reputação de cruel; no caso de uma atuação falha, poderia render hostilidades duradouras entre acusador e acusado.

Cícero, eleito em 62 AEC para assumir o ofício no ano seguinte ao lado de Gaio Antônio Híbrida. As eleições, no entanto, trouxeram consigo aquilo que passou a ser o ponto pivô de sua carreira: a Conspiração Catilina, que culminou, por sua vez, em uma das obras mais conhecidas de Cícero atualmente, as *Catilinárias*.

Lúcio Sérgio Catilina, que havia disputado o consulado juntamente a Cícero e Híbrida, tendo perdido, havia arquitetado um plano para tomar o posto a força. Salústio descreve Catilina como vindo de uma família aristocrática e possuía grande força física e mental, mas era, contudo, de uma natureza cruel e perversa, e apreciava guerras civis, discórdia política, assassinato e pilhagem (Sal. *Cat.* 5, 1-3). Durante a corrida pelo consulado, Catilina teria ridicularizado Cícero, chamando-o de “homem novo”<sup>9</sup> e de *inquilinus* por conta das origens do orador.

Catilina teria formado a conspiração ao lado de alguns membros do Senado e da classe equestre, e a instrução dada para seus colegas conspiradores seria a de matar Cícero e então começar pequenos focos de incêndio em diferentes partes da cidade (App. *B Civ.* II, 3). Cícero, ao tomar conhecimento da trama, lançou-se à empreitada de sufocar a conspiração. Após a fuga de Catilina e à captura de uma parcela dos conspiradores, Cícero advogou a favor da pena de morte, à qual teve, no fim, um parecer favorável. A interceptação dos planos de Catilina, a execução dos conspiradores e, conseqüentemente, o impedimento de um possível massacre renderam a Cícero o título de *pater patriae* (Plut. *Cic.* 22, 5) em 63 AEC.

Os discursos que Cícero proferiu ao povo e ao Senado como pretexto para a implementação tanto do título de *hostis publicus*<sup>10</sup> a Catilina quanto posteriormente a execução dos *Catilinae copia* capturados foram redigidos apenas três anos mais tarde frente à ameaça de ser levado aos tribunais por executar cidadãos romanos sem julgamento. Neste mesmo ano, 60 AEC, começava a se desenhar a aliança política entre Crasso, Pompeu e César, que viria a ser conhecida posteriormente como Primeiro Triunvirato.

---

<sup>9</sup> Na definição dada por Appiano, “homem novo” é aquele que é proeminente por seus próprios feitos, não aqueles de seus ancestrais (App. II, 2). Mais acerca da trajetória política dos “homens novos” pode ser encontrado em T. P. Wiseman (1971), *The New Man in the Roman Senate*.

<sup>10</sup> Quanto à construção de Catilina enquanto *hostes publicus* e a linguagem usada por Cícero para a representação do líder da conjuração, ver Martins (2018).

### 2.3 O PRIMEIRO TRIUNVIRATO: DA ALIANÇA AO CONFRONTO

Aquilo que conhecemos hoje por “Primeiro Triunvirato” foi uma aliança política forjada entre Cneu Pompeu, Marco Licínio Crasso e Gaio Júlio César, baseada muito mais em relações de *amicitia* entre os três do que em uma instituição formal, como futuramente ocorre entre Otaviano, Marco Antônio e Lépido em 43 AEC (LADEIRA, 2020, p. 145). A ideia era de que houvesse, nessa cooperação, a beneficência mútua dos componentes. Cícero teria sido convidado para compor a aliança; mas, após refletir sobre uma possível participação, recusou. César, dessa forma, elegeu-se para o consulado do ano de 59 AEC, favorecendo, durante seu tempo no ofício, medidas sugeridas por Pompeu, que em troca ajudou César a ganhar o governo da Gália em 58. Poucos anos depois, Pompeu e Crasso contribuíram para o prolongamento do governo de César, que estava investido na conquista da região.

Esta aliança foi, portanto, uma medida extralegal que permitiu o aumento do poder pessoal de Crasso, Pompeu e César. Para Harriet Flower (2010, p. 149), as condições sob as quais os três homens operavam e os recursos que tinham disponíveis para si e em si faziam a política republicana uma coisa do passado: Crasso tinha recursos o bastante para pagar por seu próprio exército e tinha boa parte dos homens mais influentes de Roma na palma da mão, uma vez que lhe deviam dinheiro; Pompeu recentemente havia dobrado o tamanho do império romano além-mar, o que fazia com que cidadãos ficassem maravilhados perante sua figura; César, por fim, tinha recursos quase ilimitados por conta do domínio da Gália e do norte da Itália, além de ser patrono de todos aqueles veteranos que haviam servido sob seu comando durante dez anos.

Cícero, enquanto isso, havia se afastado da cena política para concentrar-se na produção de suas obras filosóficas. Clódio, um tribuno da plebe, conseguiu em 58 AEC que Cícero fosse mandado para o exílio por conta da sentença de morte sem julgamento dos catilinários capturados, e seus bens e propriedade foram confiscados. A propriedade de Cícero em Roma foi incendiada e em seu lugar foi construído um templo à Liberdade (Plut. *Cic.* 33, 1). Cícero foi chamado de volta a Roma no ano seguinte e lançou-se à produção de seus tratados filosóficos. Obras como *De domo sua*, *De Oratore*, e *De Re Publica* foram compostas no período entre 57 e 51 AEC, quando Cícero assumiu o posto de governador da Cilícia.

O triunvirato começou a dismantelar-se aos poucos. Crasso foi morto na investida contra os partas, na Síria, em 53 AEC. A campanha de César pelo domínio romano na Gália também se mostrava muito mais árdua do que o que fora inicialmente calculado. Roma, por

sua vez, foi tomada nos anos 50 por ondas de violência entre grupos rivais, resultando finalmente na morte de Clódio em 52, o que levou o Senado, despreparado para esta situação, a conferir o *senatus consultum ultimum*<sup>11</sup> a Pompeu na esperança que este conseguisse conter o caos que parecia ter tomado conta da cidade. Havia a ausência de uma estrutura de tipo republicano, o que era evidenciado pela disruptiva no ciclo de eleições (FLOWER, 2010, p. 151).

Ademais, um dos aspectos remanescentes que mais consolidava os laços entre Pompeu e César era o casamento do primeiro com a filha do segundo. Conforme Plutarco, a morte de Júlia durante o parto do filho, que apenas sobreviveu à mãe por alguns dias, perturbou imensamente não apenas Pompeu e César, mas também aos amigos de ambos, que sentiam que a amizade que sozinha mantinha o estado em harmonia e concórdia estava agora dissolvida (Plut. *Caes.* 23, 5-6). O consulado solo de Pompeu em 52 AEC, conferido a ele pelo *senatus consultum ultimum*, parece ter também agravado a fragilidade da aliança, uma vez que o equilíbrio de poderes entre os dois componentes remanescentes já havia sido severamente afetado após a morte de Crasso.

O desmanche efetivo da aliança entre Pompeu e César parece, no entanto, ter de fato se consumado com a recusa do Senado em aceitar a candidatura de César ao consulado *in absentia*. Em 52 AEC, Pompeu havia aprovado uma lei exigindo a presença daqueles que desejassem concorrer às magistraturas em Roma na cidade. Para César, esta condição não era viável: caso retornasse a Roma sem um novo cargo já em mãos e sem suas legiões, estaria vulnerável a processos por parte de seus inimigos políticos.

Os dez tribunos da plebe, no entanto, ainda no mesmo ano de 52, aprovaram um plebiscito que permitia apenas César a candidatar-se sem estar presente em Roma, posto que este ainda detinha seu comando especial. A lei de Pompeu e o plebiscito dos tribunos podem ser consideradas a base do impasse político que se seguiu (LADEIRA, 2020, p. 151). Quando Marco Marcelo passou a defender em 51 o apontamento de um substituto para o governo provincial da Gália, o Senado e César se viram frente a um dilema: se César abdicasse de sua candidatura para o consulado, seria levado aos tribunais por conta das irregularidades cometidas durante seu primeiro consulado; o Senado, em contrapartida, se aprovasse a candidatura de César *in absentia*, estaria arriscando que este futuramente passasse mais leis que contribuíssem para o aumento de seu poder pessoal (LADEIRA, 2020, p. 163).

---

<sup>11</sup> Segundo Ansuátegui (2021, p. 61), o *senatus consultum ultimum* era uma medida conferida a magistrados, geralmente cônsules, para que tomassem as disposições necessárias em situações emergenciais.

Iniciaram-se negociações entre César e o Senado na busca de um consenso, mas o conflito começava a parecer cada vez mais iminente e inevitável. Em cartas a Ático, Cícero lamenta as relações entre Pompeu e César: “tão próxima era a aliança entre aqueles dois. Mas agora, de acordo com o que demonstras e o que vejo, há a ameaça de um terrível conflito entre eles”<sup>12</sup> (Cic. *Att.* VII, 1, 3, epístola 281<sup>13</sup>). Cícero confia ainda ao melhor amigo de infância que “você me pergunta se há esperanças de apaziguamento: eu nem sequer senti tal desejo durante todo o curso da conversa longa e detalhada de Pompeu”<sup>14</sup> (Cic. *Att.* VII, 8, 4, ep. 296, tradução nossa).

Assim, a chegada de Cícero em Roma em 4 de janeiro de 49 AEC se deu em meio a muita tensão. Plutarco conta que Cícero tentou, por meio de cartas a César e de encontros com Pompeu, oferecer conselhos e apaziguar a ambos (Plut. *Cic.* 37, 1). No entanto, como Cícero conta a Sêrvio Sulpício Rufo, em fevereiro ou março de 49, suas tentativas de promover a paz não haviam surtido efeito: “Eu cheguei tarde demais, estava sozinho e era ignorante quanto aos fatos, e de repente encontrei-me no meio de um frenesi de homens loucos que estavam sedentos pela guerra”<sup>15</sup> (Cic. *Fam.* IV, 1, 1, ep. 407, tradução nossa).

Quando notou que a situação estava além de qualquer conciliação, o orador ficou dividido quanto a qual partido tomar (Plut. *Cic.* 37, 2). De fato, Cícero encontrava-se em um constante dilema no período que antecedeu o início do conflito. Vemos, em suas cartas a Ático, que o orador ponderou extensamente sua decisão antes de declarar sua aliança a um ou outro lado, compartilhando as incertezas com o amigo. Segundo Plutarco, isso se dava porque, para Cícero, Pompeu era quem tinha o direito honroso à guerra, mas era César quem mais aparentava ser capaz de administrar a situação, de proteger a si e aos seus (Plut. *Cic.* 37, 3).

---

<sup>12</sup> Si étroite était leur union. Mais voici que menace, tu le montres et je le vois, le plus grave conflit entre eux, tradução nossa.

<sup>13</sup> Os trechos de cartas utilizadas neste trabalho foram retirados da edição de 2021 de *Les Belles Lettres*, que compila todas as cartas de Cícero em apenas um volume com apresentação, notas e comentários por Jean-Noël Robert. A tradução para o francês é de Léopold-Albert Constans, Jean Bayet e Jean Beaujeu. Para além da referência das cartas nas edições clássicas, optamos por também indicar a numeração adotada pela presente edição, posto que esta estabelece sua própria cronologia das epístolas.

<sup>14</sup> Tu me demandes s’il y a quelque espoir d’apaisement : je n’en ai pas même senti le desir, tout au cours de la conversation longue et détaillée de Pompée.

<sup>15</sup> Em effet, j’étais revenu tardivement, j’étais isolé, on me considérait comme ignorant de la situation, j’étais tombé sur des insensés impatientes de se battre..

#### 2.4 *ALEA IACTA EST*: A GUERRA CIVIL ENTRE POMPEU E CÉSAR

Quando César e suas legiões cruzaram o Rubicão em 11 de janeiro de 49 AEC, Cícero não partiu para a ação imediata ao lado de Pompeu. Kathryn Tempest (2011, p. 163) argumenta que, ainda que Cícero seja frequentemente criticado por sua hesitação nos meses que se seguiram, não havia dúvidas de onde sua lealdade recaía: Cícero era leal ao lado que lutava pela República. Cícero, todavia, pesa diligentemente as suas opções nos meses que seguem a volta de César a Roma, suas opiniões oscilando bastante no que concerne a ambos, César e Pompeu.

Cícero é nomeado, ainda em janeiro de 49 AEC, para assumir um posto de supervisão da Campânia, ocupação que o servia perfeitamente, uma vez que era uma responsabilidade pequena e ainda o permitia continuar trabalhando pela paz, algo que, em sua visão, era possível desde que Pompeu não deixasse a Itália (TEMPEST, 2011, p. 164). No final de janeiro, no entanto, escreve a Ático de sua vila, em Fórmia, relatando sua confusão perante aquilo que acontecia. É a primeira carta que temos entre os dois após o começo da guerra civil:

Por favor, o que é isso? O que está acontecendo? Estou às escuras. “Cingulum” dizem “é nossa; perdemos Ancona; Labienus desertou César”. Estamos falando de um comandante romano ou de Haníbal? Homem louco, miserável, que nunca viu sequer a sombra daquilo que é bom. Ele diz que faz tudo isso por sua *dignitas*, mas é possível *dignitas* sem senso de honra?<sup>16</sup> (Cic. *Att.* VII, 11, 1, ep. 301, tradução nossa).

Pompeu havia abandonado Roma ao ouvir as notícias do rápido avanço de César, e também não escapava às críticas de Cícero.

Voltemos a nosso amigo. Por acaso, diga-me, o que pensas da decisão de Pompeu? Digo, ter deixado Roma. Eu não vejo razão nisto. [...] Abandonar Roma! ele faria o mesmo se os gauleses viessem?<sup>17</sup> (Cic. *Att.* VII, 11, 3, ep. 301, tradução nossa).

<sup>16</sup> “Qu’est-ce que tout ceci, je te le demande ? où en est-on ? Car je suis dans les ténèbres. « Nous tenons, dites-vous, Cingulum ; nous avons perdu Ancône ; Libiénus a quitté César. » Est-ce d’un général du peuple Romain que nous parlons, ou d’un Hannibal ? Oh, l’insensé, le malheureux, qui n’ai jamais entr’aperçu fût-ce l’ombre de la moralité ! Et, à l’entendre, c’est son honneur qui l’engage à faire tout ce qu’il fait ; mais où trouver l’honneur, sinon dans la vertu ? ”.

<sup>17</sup> “Revenons à notre ami. À tout hasard, dis-moi ce qu’il te semble de la décision de Pompée ? Je veux dire : son abandon de Rome. Pour moi, je n’en vois pas la raison ; [...] Abandonner Rome ! On ferait donc de même si les Gaulois revenaient ?”

Não há de prudência ou energia na política de nosso Pompeu; acrescento até mesmo que não a qualquer decisão que não tenha sido tomada contra meus conselhos e recomendações<sup>18</sup> (Cic. *Att.* VIII, 3, ep. 337, tradução nossa).

Em outra carta a Ático, na qual Cícero reflete sobre o caráter do líder político ideal sobre o qual discorre no quinto livro de *De Republica*, Cícero chega à conclusão de que Pompeu nunca apresentou tal noção, muito menos na presente causa, uma vez que poder absoluto é o que ele e César buscavam (Cic. *Att.* VIII, 11). Cícero, assim, permanece nos próximos meses dividido entre qual rumo tomar no caso de um conflito de maior escala. Nesse sentido, Ático é uma das melhores fontes que temos para tratar do pensamento de Cícero durante este período conturbado, posto que dentre todos os correspondentes cujas cartas chegaram até nós, aquelas dedicadas ao melhor amigo de infância e compatriota do Arpinate são as que apresentam maior volume e aparentam ser as mais cândidas<sup>19</sup>.

Não há um palmo de terra na Itália que não esteja sob o domínio de César. Não tenho notícias de Pompeu, e imagino que ele logo será capturado a menos que tenha ido em direção ao mar. [...] O que posso fazer? À que terra ou mar posso seguir um homem quando não sei para onde ele foi? Devo então render-me a César? Se eu puder, como muitos me aconselham, render-me em segurança, poderia também render-me com honra? De maneira nenhuma. Pedirei por seu conselho, como de hábito. O problema não tem solução. Ainda, se qualquer coisa lhe vier à cabeça, por favor, escreva<sup>20</sup> (Cic. *Att.* VII, 22, 1-2, ep. 322, tradução nossa).

O que você acha que devo fazer se Pompeu decidir deixar a Itália, como acredito que fará?<sup>21</sup> (Cic. *Att.* VIII, 3, 1, ep. 337, tradução nossa).

O único ato necessário para coroar a desgraça de Pompeu é a deserção de Domício. [...] Ele está incrivelmente alarmado e não pensa senão na fuga; e

<sup>18</sup> “En ce qu’a fait notre Pompée, nulle prudence jamais, nulle énergie ; j’ajoute même : nulle décision qui n’ait été prise contre mes conseils et mes suggestions”.

<sup>19</sup> Utilizamos a correspondência de Cícero, tanto das *Ad Atticum* quanto das *Ad Familiares* para auxiliar-nos a tecer um contexto para a situação em que Cícero se encontrava, sua linha de pensamento e reflexões, assim como o cenário em que o *pro Marcello* irá, alguns anos após o início da guerra, se situar. A análise mais detalhada das cartas e sua importância, organização e cronologia fogem do escopo previsto para esta monografia. Para mais acerca destes tópicos, ver: Ladeira (2020); BAILEY, D. R. Shackleton. (Org). Cicero: Select Letters. Cambridge: Cambridge University Press, 1998; VOLK, Katharina. The Roman Republic of Letters: Scholarship, Philosophy and Politics in the Age of Cicero and Caesar. Princeton: Princeton University Press, 2021;

<sup>20</sup> “Je ne vois pas un pied de terre em Italie qui ne soit au pouvoir de cet homme. Sur Pompée je ne sais rien ; s’il ne s’embarque au plus tôt, je pense que la retraite lui sera coupée. [...] Pour moi, que faire ? Par où, sur terre, sur mer, suivre un homme dont je ne sais où il est ? [...] Donc, me livrer à l’ennemi ? Supposé que ce soit en notre sûreté – beaucoup m’y poussent –, serait-ce aussi en tout honneur ? Nullement certes. Te demander, à toi, conseil, comme d’habitude ? Le problème est insoluble. Pourtant, si tu as une idée, écris-la, je te prie.”

<sup>21</sup> “Au cas où Pompée quitterait l’Italie, comme je l’en soupçonne, que dois-je faire, à ton avis ?”

você quer que eu vá com ele. Pois eu percebo o que você está pensando: sim, eu tenho de quem fugir, mas não para quem fugir<sup>22</sup> (Cic. *Att.* VIII, 7, 1-2, ep. 341, tradução nossa).

A esperança de uma reconciliação abandona Cícero quando, em março de 49 AEC, Pompeu parte para Dirráquio, na Grécia, para encontrar parte de suas tropas. Neste mesmo mês, César visita o orador em sua *villa* em Fórmia, convidando-o para acompanhá-lo a Roma e participar de uma sessão do Senado, já que sua presença significaria a possibilidade de mais senadores estarem presentes. Cícero se recusa, argumentando que, caso atendesse à sessão, deveria ou expressar-se em seus próprios termos (que, de acordo com o relato, haviam desagradado César durante a entrevista), ou, então, sequer ir a Roma e à reunião (Cic. *Att.* IX, 18, 1, ep. 394). César parte, portanto, desacompanhado de Cícero.

Na falta dos cônsules em exercício para supervisionar as eleições para o ano seguinte, César tem o cargo de ditador atribuído para si por Emílio Lépido, o que lhe dá tempo o bastante para cumprir com as funções dos cônsules ausentes e assegurar para si o posto de cônsul no ano de 48 AEC junto a Servílio Isáurico (STEEL, 2013, p. 197). Em seguida, abdica do encargo ditatorial e parte rumo à Espanha, onde travou a Batalha de Ilerda contra as forças de Pompeu que estavam estabelecidas na região.

É precisamente neste momento, em junho de 49 AEC, que Cícero decide juntar-se a Pompeu, que havia estabelecido sua base na Tessalônica naquele inverno. Lá, recebeu as boas-vindas de todos no acampamento, menos de Catão. Cícero poderia, na visão de deste último, ter sido de maior utilidade ao seu país e amigos se tivesse permanecido neutro e tentado utilizar-se de sua influência para moderar os resultados do conflito, mas preferiu deslocar-se ao encontro de Pompeu e fazer-se inimigo de César (Plut. *Cic.* 38, 1).

As duas batalhas que se seguiram determinaram o desfecho da guerra: inicialmente, os pompeianos foram vitoriosos na batalha travada em Dirráquio; contudo, em agosto de 48 AEC, foram derrotados na Batalha de Farsália e as lideranças do exército de Pompeu foram severamente afetadas. Pompeu, que havia sido encarregado com a conduta da guerra pelo Senado na metade do ano anterior (STEEL, 2013, p. 197), fugiu para o Egito com parte de suas tropas. Catão, que ainda tinha forças e uma frota considerável na região, sugeriu então que Cícero assumisse o comando destas. Cícero, por sua vez, recusa a oferta e declina por

---

<sup>22</sup> “Il ne reste encore à notre ami pour comble de déshonneur qu’à ne pas secourir Domitius. [...] Il a une peur effroyable ; Il ne songe qu’à la fuite. Et c’est l’homme dont tu penses que je dois me faire compagnon : car je vois ton sentiment ! Mais moi, je sais qui fuir ; je ne sais pas qui suivre”.

completo sua permanência nos planos de dar continuidade à guerra (Plut. *Cic.* 39, 2). Pompeu encontra seu fim nas mãos da dinastia Ptolomaica. César o persegue até o Egito apenas para encontrar seu rival político assassinado a mando do rei Ptolomeu XIII.

## 2.5 A DITADURA DE CÉSAR E A *PRO MARCELLO*

Cícero retorna à Itália depois de abandonar a causa de Pompeu e o remanescente de suas tropas, chegando a Brundísio em outubro de 48 AEC. Restava, para Cícero, aguardar o perdão de César, o que não viria pelos próximos dez meses. Enquanto aguarda uma resposta definitiva de César, investe seu tempo na produção de tratados filosóficos e retóricos, como *Cato* e *Brutus*.

Quando Cícero finalmente foi perdoado em 47 AEC, voltou a instalar-se em Roma “na ponta dos pés” (GRIMAL, 2020, p. 297). César havia conseguido para si o posto de ditador novamente, desta vez por um período de dez anos, e era agora o único governante de Roma. O Senado, ademais, era composto por uma maioria cesarista que ratificava todas as propostas de César (TEMPEST, 2013a, p. 298).

Os tempos eram incertos. Em cartas aos amigos, Cícero reclama da falta da liberdade de expressão no âmbito político, de ter de policiar suas falas por preocupar-se se estas agradariam ou não a César (Cic. *Fam.* VI, 7, ep. 576; IX, 16, ep. 487). É importante, neste sentido, esclarecer que arriscar o aborrecimento de César não implicava propriamente em uma punição física ou na condenação à morte. Appiano relata que, ao chegar em Roma com suas legiões em 49 AEC, César havia garantido ao povo, que estaria aterrorizado por conta das memórias do último conflito civil, que seria generoso para com seus adversários (App. *B Civ.* II, 41). O ditador, no entanto, tinha maneiras bastante eficazes de manter sob controle seus inimigos políticos, a maioria dos quais estava em exílio ou aguardando o perdão. Como Jon Hall (2009, p. 92, tradução nossa) explica:

Certamente não devemos imaginar *storm-troopers* adentrando a casa de Cícero nas primeiras horas da manhã para arrastá-lo para tortura e interrogatório. Mas Cecina, como inimigo derrotado e exilado, poderia ter preocupações válidas quanto as suas propriedades. E a perda financeira poderia por fim significar também perda de status político e social. A posição de Cícero, em contrapartida, era diferente. Ele provavelmente tinha segurança financeira suficiente; mas César e seus apoiadores agora monopolizavam o acesso à maioria das formas de influência política e social.

Oposição poderia resultar em uma marginalização debilitante destas fontes de poder<sup>23</sup>.

É neste complexo cenário que se desenrola a *pro Marcello*. Em setembro de 46 AEC, Gaio Marcelo implorou a César durante uma sessão do Senado que perdoasse seu primo Marcus Marcelo, o cônsul de 51, e o permitisse retornar a Roma; César, depois de considerar o pedido, concede o perdão a M. Marcelo, afirmando que não recusaria uma petição do Senado (DUGAN, 2013, p. 212). Em seguida, pede que cada senador expresse sua opinião sobre tal decisão. Conforme o registro de Cícero em uma carta datando do final de outubro de 46 AEC, o orador teria se comovido perante a magnanimidade de César e tido um vislumbre da República se reerguendo dos mortos (Cic. *Fam.* IV, 4, ep. 511). Emocionado, Cícero teria então proferido uma longa oração *impromptu* que ficaria conhecida, posteriormente, como *pro Marcello*.

Marcelo não tivera de fato um papel ativo durante a guerra civil. Assim como Cícero, ele não participara nem estivera presente durante a batalha em Farsália, tendo desertado o exército de Pompeu à mesma altura em que o Arpinate o fizera. O ex-cônsul, agora, conduzia seus estudos na ilha de Lesbos, em exílio, e não parecia expressar o desejo de retornar nem a Roma (WINTERBOTTOM, 2002, p. 26).

Cícero passara um longo período sem se pronunciar publicamente. *Pro Milone* em 52 AEC teria, provavelmente, sido um de seus últimos discursos antes da oração *pro Marcello*. Durante a guerra civil, antes de ir ao encontro de Pompeu na Grécia, Cícero havia recusado a chance de acompanhar César a Roma e a uma sessão senatorial, preferindo manter o silêncio a pronunciar-se a favor de algo do qual era contra. Segundo Tempest (2011, p. 173), Cícero, ao retornar a Roma após o perdão, inicialmente atendia às reuniões do Senado sendo apenas visto, e não ouvido.

Agora, no entanto, o silêncio não era uma possibilidade. Este poderia (e provavelmente seria) facilmente detectado enquanto forma de manifestação contra a atual situação política. Cícero, nesse sentido, “encontrou um desafio singular ao proferir este discurso: pela primeira vez, tinha de elogiar a um governante único no Senado em Roma, que

---

<sup>23</sup> We should certainly not imagine storm-troopers bursting into Cicero’s house in the early hours of the morning to drag him off for torture and interrogation. But Caecina, as a defeated enemy and exile, could have had valid worries about his property and estates. And financial loss could eventually mean loss of political and even civic status. Cicero’s position, on the other hand, was rather different. He was probably secure enough in financial terms; Caesar and his cronies now monopolized access to most forms of political and social influence. Opposition could result in debilitating marginalization from these sources of power.

estava repleto de apoiadores cesaristas”<sup>24</sup> (TEMPEST, 2013a, p. 296, tradução nossa). Ao discorrer sobre os acontecimentos do perdão de Marco Marcelo ao amigo Sêrvio Sulpício Rufo, Cícero conta que:

[...] também agradei a César extensivamente, e temo que eu tenha me privado de uma abstenção honrosa que era meu único consolo em meio aos nossos males. De qualquer maneira, evitei seu descontentamento – ele poderia acreditar que eu não considerava este regime como uma república se eu continuasse em silêncio<sup>25</sup> (Cic. *Fam.* IV, 4, ep. 511, tradução nossa).

Este relato feito a Sulpício atesta o momento político altamente incerto, os cálculos de Cícero ao quebrar seu silêncio e as decisões que o orador precisou tomar sob a pressão da atitude repentina de César em perdoar Marcelo (DUGAN, 2013, p. 213). Tempest (2013a, p. 297) compara a situação em que Cícero encontrava-se ao se dirigir a César àquela dos oradores perante as monarquias helenísticas. É justamente por conta disso, uma soma de circunstâncias adversas à normalidade da política republicana de Roma e das estratégias de Cícero para encontrar um caminho para sua oratória em meio a estas, que a *pro Marcello* tornou-se uma oração tão dotada de ambiguidade.

Sabemos que Cícero adota um ideal de funcionamento político bastante similar àquele descrito por Políbio no livro VI de *Histórias*. Para Políbio, existem seis tipos de governo: monarquia, aristocracia, democracia, tirania, oligarquia e oclocracia (Pol. *Hist.* VI, 4). Há, para o historiador antigo, uma lógica decadentista na qual um modelo ideal gradual e ciclicamente corrompe-se, passando a tornar-se algo diferente, uma forma degenerada desse mesmo ideal (LADEIRA, 2020, p. 119). Assim, monarquias tendem a transformar-se em tirania, que dão espaço à aristocracia, que se degeneram ao formato de uma oligarquia, que dão vez ao ideal da democracia, que por fim, há de corromper-se e tornar-se uma oclocracia (Pol. *Hist.* VI, 4).

Para Cícero, que em *De Republica* fala majoritariamente através de Cipião, uma constituição mista na qual os três sistemas políticos ideais (monarquia, aristocracia e democracia) coexistem e complementam-se é a melhor forma de governo (Cic. *Rep.* I, 69). Neste funcionamento, a *res publica* romana encontrava equilíbrio e estabilidade (LADEIRA,

<sup>24</sup> “[...] encountered a unique challenge in delivering this speech: for the first time he had to praise a sole ruler in the Senate at Rome, which was now crowded with Cesarian supporters”.

<sup>25</sup> “[...] aussi je remerciai assez longuement César, et je crains de m’être ainsi privé même pour les autres circonstances d’une abstention dans l’honneur qui était mon seul soulagement dans nos maux. Quoi qu’il en soit, j’ai évité son mécontentement – il aurait pu croire que je ne considérais pas ce régime comme une république, si je n’étais jamais sorti du silence [...]”.

2020, p. 120). Podemos perceber, nesse sentido, um contraste entre a lógica teorizada por Cícero em *De Republica* e a maneira como se viu compelido a expressar-se em uma oração que elogia César, que agora detinha, essencialmente, todo o poder em suas mãos.

Quando Cícero retornou a Roma em 47 AEC, não retornou à Roma que reconhecia (TEMPEST, 2013a, p. 298). O cenário político que o cercava era de muitas maneiras diferente daquele que considerava o ideal. *Pro Marcello*, com sua estrutura e estilo que desviam do habitual da oratória romana, é um testemunho disto.

### 3 A *PRO MARCELLO*

Na metade de setembro de 46 AEC, em uma sessão do Senado, César dá seu parecer favorável ao retorno de Marco Marcelo a Roma. Como discutimos no capítulo anterior, *pro Marcello* é o produto de circunstâncias excepcionais, uma vez que Roma estava sob o controle de um “autocrata”<sup>26</sup>, e isso representava, para Cícero, uma ameaça à República que previamente teorizara.

#### 3.1 SINGULARIDADES DA ORAÇÃO: TIPO E ESTILO

Sabe-se que a *M. Tulli Ciceroni Pro M. Marcello Oratio* não pertence, ao contrário do que se supõe frente ao título, ao grupo dos discursos jurídicos de defesa. De fato, não se sabe ao certo qual seria a titulação atribuída por Cícero originalmente, ainda que haja a especulação de que este pudesse ter sido chamado *De Marcello*<sup>27</sup>, “sobre Marcelo”. A estrutura do discurso, no entanto, não se encaixa facilmente dentro das categorias retóricas clássicas (TEMPEST, 2013a, p. 300). Assim, antes de entrarmos propriamente na análise da figura de César, ponto central deste trabalho, julgamos pertinente discorrer acerca de alguns elementos igualmente importantes em *pro Marcello*. Estes são, mais precisamente, o tipo e os estilos empregados na construção da oração de agradecimento a César.

Na tipologia cunhada por Aristóteles, existem três tipos de retórica: deliberativa, judicial e epidítica (Arist. *Rhet.* I358b6-7), tendo cada uma delas finalidades diferentes. Em *A Arte da Retórica*, Aristóteles (Arist. *Rhet.* I358a37-40) explica que, para que algo conte como um discurso, devem existir três coisas: um falante, um assunto e alguém a quem dirigir-se. É este último quem determina a finalidade do discurso e, portanto, seu tipo. Para além disso, ainda seguindo a tipologia aristotélica, cada tipo de fala está vinculado a uma temporalidade. A retórica deliberativa, que tem como finalidade persuadir ou dissuadir sua audiência, preocupa-se com aquilo que ainda está por vir; a retórica judicial se apoia sobre o ocorrido no passado; para o discurso epidítico, que tem por finalidade distribuir elogio ou culpa, o

<sup>26</sup> Embora o termo seja utilizado pela bibliografia que trata da *pro Marcello* com relativa frequência, entendemos que, dentro de áreas como as Ciências Políticas, pode ter uma conotação bastante diferente. Para evitar discussões que, embora não menos pertinentes, fogem do escopo do presente trabalho, utilizaremos o termo “autocrata” bem como “autocracia” sinalizados entre aspas.

<sup>27</sup> Utilizamos duas traduções para além do discurso original em latim: a primeira, a tradução para a língua inglesa feita por Dominic Berry (2006) e publicada pela Oxford University Press; a segunda, a tradução feita por Débora dos Santos Shinohara (2015) para o português, publicada pela Revista Rónai. No caso da tradução feita por Berry (2006), a titulação da oração permaneceu conforme a versão mais popularmente conhecida, *pro Marcello*. Shinohara (2015) optou por titular a tradução enquanto *de Marcello*.

presente é o tempo mais pertinente, ainda que por vezes precise lembrar a audiência do passado ou antecipar o futuro (Arist. *Rhet.* I358b8-20). Igualmente, como ressalta Jon Hesk (2009, p. 146), a oratória epidítica preocupa-se com aquilo que é “nobre” (*to kalon*) ou “vergonhoso” (*to aiskhron*).

*Pro Marcello* não é um discurso jurídico de defesa, posto que foi proferido perante o Senado e não havia acusações formais contra Marcelo; também não era deliberativo, tendo César já tomado a decisão de permitir seu retorno a Roma (TEMPEST, 2013a, p. 299). Em meio à autocracia de César, *pro Marcello* embasou-se muito, assim, na *epideixis* (TEMPEST, 2013a, p. 296-7; KROSTENKO, 2005, p. 282).

O termo “epidítico” deriva de *epideixis*, uma “mostra” (RUSSEL, 1998, p. 21). Aristóteles foi o primeiro a lhe conferir a associação deste gênero ao elogio ou à culpa, inferindo sua preocupação com o tempo presente, e Cícero percebia a *epideixis* como um fenômeno primariamente grego (PETKAS, 2018, p. 194-5). *Pro Marcello* também prenuncia algumas práticas da panegírica latina como esta seria vista posteriormente, no período imperial (TEMPEST, 2013a, p. 297; STEEL, 2005, p. 22), e Susanna Braund (1998, p. 55) o classifica, junto às outras Cesaristas, enquanto uma proto-panegírica.

A oratória epidítica acumula, neste sentido, alguns termos comumente associados a si, como é o caso de *encomium* e *panegyrikós*. O primeiro é geralmente usado no caso de elogios aos deuses (ou a governantes pelo bom uso das bênçãos destes) (RUSSEL, 1998, p. 18), e é tratado pelos manuais enquanto uma unidade menor dentro de um discurso epidítico; o segundo, em contrapartida, é etimologicamente associado às falas realizadas em festivais (*panegyris*), em honra aos quais discursos eram proferidos<sup>28</sup> (PETKAS, 2018, p. 194; RUSSEL, 1998, p. 20).

Se voltarmos à tipologia aristotélica, vemos que a classificação dos três estilos retóricos se dá por conta dos diferentes tipos de ouvintes (Arist. *Rhet.* I358a37-b6), e os espectadores da oratória epidítica são aqueles que julgam as habilidades do orador. Ainda que isto remonte aos momentos iniciais da *epideixis*, quando os oradores eram julgados e premiados caso recebessem destaque perante um público ou monarca, Tempest (2013a, p. 297) afirma que as condições em que o discurso foi feito eram semelhantes àquelas dos oradores perante monarquias helenísticas. As características epidíticas, neste sentido, podem ser percebidas logo no parágrafo inicial de *pro Marcello*:

---

<sup>28</sup> Para uma visão mais aprofundada sobre discursos panegíricos, ver o capítulo de Roger Rees (2018), *Panegyric*, e o livro do mesmo autor (REES, 2012), *Latin Panegyrics*.

Diuturni silenti, patres conscripti, quo eram his temporibus usus—non timore aliquo, sed partim dolore, partim verecundia—finem hodiernus dies attulit, idemque initium quae vellem quaeque sentirem meo pristino more dicendi. Tantam enim **mansuetudinem**, tam inusitatum inauditamque **clementiam**, tantum in summa potestate rerum omnium **modum**, tam denique incredibilem **sapientiam** ac paene divinam, tacitus praeterire nullo modo possum (Cic. *Marc.* 1, grifo nosso).

O prolongado silêncio, senhores senadores, que eu adotara nestes tempos, não por algum temor, mas em parte pela dor, em parte pela vergonha, teve fim com o dia de hoje; esse mesmo dia representou o ponto de partida para dizer aquilo que eu quero e penso, de acordo com o meu antigo costume. Pois não posso de modo algum deixar passar em silêncio tamanha **brandura**, essa **clêmência** de tal modo inédita e inaudita, tamanho **comedimento** em meio ao poder extremo sobre todas as coisas, enfim, uma **sabedoria** tão incrível e quase divina (Cic. *Marc.* 1, tradução de Débora Shinohara, grifo nosso).

Segundo Tempest (2013a, p. 303), a maneira como Cícero marca seu longo silêncio e o término deste por conta da ação de César é comparável com a linguagem com que o autor fazia o discurso<sup>29</sup> helenístico, e o uso ostentoso de aparatos retóricos nesta abertura também coloca o discurso neste estilo da *epideixis*. Outros elementos também ajudam a classificar a oração dentro deste estilo: é o caso do uso dos termos *mansuetudinem* (n. *mansuetudo*), *clementiam* (n. *clementia*), *modum* (n. *modo*), *sapientiam* (n. *sapientia*). Como apontam Russel (1998, p. 18) e Braund (1998, p. 57), existem em panegíricos um cânone de virtudes cardeais que giram em torno de termos como “justiça”, “temperança”, “coragem” e “sabedoria”. Estas virtudes remontam, segundo Tempest (2013a, p. 309; 2013b, p. 278) àquelas pensadas por Platão, (*dikaïosunē*, *sōphrosunē*, *andreia* e *phronēsis*), e foram posteriormente adotadas pelos romanos, transformando-se assim em *iustitia*, *temperantia/continentia*, *fortitudo* e *sapientia/prudentia* (BRAUND, 1998, p. 57).

Outro ponto em que a *pro Marcello* se inclina às características da *epideixis* é ao fazer aquilo que Tempest (2013a, p. 304) assinala como *aporia*, ou seja, a inabilidade de fazer justiça ao tópico do qual está tratando, como Cícero faz ao afirmar que

Nullius tantum flumen est ingeni, nullius dicendi aut scribendi tanta vis, tanta copia, quae non dicam exornare, sed enarrare, C. Caesar, res tuas gestas

<sup>29</sup> Aqui, vale salientar que a autora (TEMPEST, 2013a, p. 203) utiliza o termo “discurso” no sentido de *discourse*, não *speech*.

possit. Tamen adfirmo, et hoc pace dicam tua, nullam in his esse laudem ampliorem quam eam quam hodierno die consecutus es (Cic. *Marc.* 4).

A ninguém é dada tamanha riqueza de engenho, a ninguém é dada tamanha capacidade para falar ou escrever, tamanhos recursos, que não possa, não direi adornar, mas relatar, Caio César, os teus feitos. Contudo, assevero, e isto direi com todo respeito a ti, que dentre eles não há maior honra do que essa que alcançaste no dia de hoje (Cic. *Marc.* 4, tradução de Débora Shinohara).

Como Tempest (2013a, p. 306) coloca, é indisputável que a *pro Marcello* contém um amplo número de características panegíricas. Cícero, portanto, se apoia em recursos retóricos e oratórios que o auxiliam, como veremos mais adiante, a construir discursivamente o universo em que se insere a *pro Marcello* e, igualmente, César. É o caso, também, de como Cícero utiliza o estilo (*genus dicendi*, ou “maneira de falar”). Para além da tipologia retórica em que a *pro Marcello* se encaixa, devemos pensar também nos estilos oratórios. Cícero prevê, em essência, três, cada um com uma finalidade diferente: na doutrina dos Três Estilos, o estilo simples tinha a função de informar, o estilo médio de agradar e entreter, e o alto estilo para comover ou incitar ação (POWELL, 2013, p. 53).

Diferentemente da tipologia aristotélica, que define gêneros amplos de discursos e permanece a mesma do início ao fim, o *stilus* (ou *genus dicendi*, como o visto em Cícero) e o tom podem variar entre seções de uma mesma enunciação (POWELL, 2013, p. 52). E como ressalta Krostenko (2005, p. 281, tradução nossa), “variação estilística, mesmo que de um tipo sutil, era detectável pelas audiências romanas, especialmente audiências cultas”<sup>30</sup>. Este era o caso em *pro Marcello*, em que Cícero estava não apenas cercado de senadores, mas também se dirigindo, mais importante de tudo, a César, que havia sido educado à mesma maneira que Cícero (TEMPEST, 2013a, p. 316).

Assim, se o gênero epidítico destoava da oratória deliberativa geralmente encontrada no Senado, o estilo de certa forma contribuía para suavizar o uso de certas expressões e estruturas sintáticas. Como explica Krostenko (2005, p. 281, tradução nossa) acerca de dois aspectos da recepção do estilo,

---

<sup>30</sup> “[...] stylistic variation, even of a subtle kind, was detectable by Roman audiences, especially educated audiences.”

Primeiramente, a presença de dado estilo permite e justifica as estruturas sintáticas características e figuras de linguagem pensadas como pertencentes àquele estilo. Em segundo, estilos têm uma gama de associações convencionais. Colocando mais expansivamente – e para parafrasear um aspecto do conceito retórico de *decorum* –, conjuntos de características formais possuem uma relação convencional com áreas de experiência e atividade social. Um conjunto de características formais da panegírica, por exemplo, pode ser utilizado para trazer à mente do ouvinte o complexo de valores que cercam a questão da “laudabilidade” ou “avaliação social”, mesmo que uma referência expressa à laudabilidade como tal não seja feita<sup>31</sup>.

Ou seja, aos tipos e estilos oratórios eram vinculados uma série de associações e convenções sociais que em muito ajudavam o orador a passar a mensagem que queria ao pronunciar-se. Cícero, ao utilizar a oratória epidítica, evoca o tom da retórica das cortes helenísticas (TEMPEST, 2013a, p. 316), o que é importante em um contexto de análise na qual temos uma oração sendo proferida perante um “autocrata”.

### 3.2 TACITUS PRAETERIRE NULLO MODO POSSUM: O CÉSAR DE CÍCERO

#### 3.2.1 Os atributos de César

Ao longo da oração, Cícero atribui a César diversas características com as quais o associa, como *clementia*, *modus*, *mansuetudo*, *sapientia*, *iustitia* e *lenitas* (dentre outras). Mas Cícero invoca igualmente, ao longo do discurso, ideais e projetos políticos que nos ajudam a perceber como o orador compreendia o período e como entendia a si mesmo, a Marcelo e a César dentro das circunstâncias. Todas estas pistas nos possibilitam a compreensão de como César é construído no interior do discurso de Cícero.

Inicialmente, em *Marc.* 1, foi César ter manifestado sua brandura (*mansuetudo*), clemência (*clementia*), comedimento (*modus*) e sabedoria quase divina (*sapientia ac paene divinam*) que fez Cícero quebrar seu silêncio. A mesma ideia se repete um pouco mais à frente, quando Cícero discorre sobre as glórias militares:

---

<sup>31</sup> “First, the presence of a given style permits and justifies the characteristic syntactic structures and figures of speech of thought of that style. Second, styles have a range of conventional associations. To put it more expansively – and to paraphrase an aspect of the ancient rhetorical concept of *decorum* – sets of formal features have conventional relationships to areas of social experience or activity. A cluster of formal features typical of panegyric, for example, may be intended to recall to the hearer’s mind the complex of values that surround issues of ‘laudability’ or ‘social evaluation’, even if express reference is not made to laudability as such”.

Itaque, C. Caesar, bellicae tuae laudes celebrabuntur illae quidem non solum nostris, sed paene omnium gentium litteris atque linguis, nec ulla umquam aetas de tuis laudibus conticescet. Sed tamen eius modi res nescio quo modo etiam cum leguntur, obstrepi clamore militum videntur et tubarum sono. At vero cum aliquid **clementer, mansuete, iuste, moderate, sapienter** factum—in iracundia praesertim, quae est inimica consilio, et in victoria, quae natura insolens et superba est—audimus aut legimus, quo studio incendimur, non modo in gestis rebus, sed etiam in fictis, ut eos saepe, quos numquam vidimus, diligamus! (Cic. *Marc.* 9, grifo nosso).

Desta maneira, Caio César, tuas honras militares serão certamente enaltecidas não apenas pelas nossas letras e língua, mas praticamente pelas de todos os povos, e nenhuma geração jamais calará diante de teus êxitos. Contudo, de alguma maneira feitos desta natureza, ainda quando lidos, parecem abafados pelo clamor de soldados e pelo som das trombetas. Por sua vez, quando escutamos ou lemos que algo foi feito com **clêmência, brandura, justiça, precaução, sabedoria** – sobretudo em meio à cólera, que é inimiga da sensatez, e em meio à vitória, que por natureza é altiva e orgulhosa – somos então inflamados por tal paixão, não apenas no caso dos feitos reais, mas também no dos fictícios, que muitas vezes estimamos aqueles que nunca vimos! (Cic. *Marc.* 9, tradução de Débora Shinohara, grifo nosso).

Aqui, o cânone clássico descreve as ações atribuídas a César enquanto vencedor da guerra civil. Referências à clemência de César são também feitas três seções adiante, onde *clementia* estará representado pelos termos *lenitas, misericordia* e *aequitas*:

at haec [tua **justitia** et **lenitas** animi] florescet cotidie magis, ita ut quantum tuis operibus diuturnitas detrahet, tantum adferat laudibus. Et ceteros quidem omnis victores bellorum civilium iam ante **aequitate** et **misericordia** viceras: hodierno vero die te ipsum vicisti. Vereor ut hoc, quod dicam, perinde intellegi possit auditum atque ipse cogitans sentio: ipsam victoriam vicisse videris, cum ea quae illa erat adepta victis remisisti. Nam cum ipsius victoriae condicione omnes victi occidissemus, **clementiae** tuae iudicio conservati sumus. Recte igitur unus invictus es, a quo etiam ipsius victoriae condicio visque devicta est (Cic. *Marc.* 12, grifo nosso).

mas tua **justiça** e **brandura** florescem, a cada dia, mais. Assim, quanto mais o tempo tirar de tuas obras, mais conferirá a teus elogios. E é certo que já antes venceras todos os outros vencedores de guerras civis em **justiça** e **misericórdia**: mas no dia de hoje venceste a ti mesmo. Temo que isto que direi possa não ser entendido ao se ouvir do modo como eu mesmo, ao pensar, percebo: parece que a própria vitória venceste, quando devolveste aos vencidos o que ela conquistara. Com efeito, embora pelos próprios termos da vitória fosse justo que todos nós tivéssemos sido mortos depois de vencidos, fomos preservados pelo discernimento de tua **clêmência**. Com justiça, portanto, és o único invencível, por quem até mesmo os termos e a natureza da própria vitória foram derrotados (Cic. *Marc.* 12, tradução de Débora Shinohara, grifo nosso).

*Clementia*, como aponta Maria Helena da Rocha Pereira (2013, p. 369), quando utilizada na esfera política, indica a capacidade de perdoar, sendo geralmente associada à mansidão (*mansuetudo*, *lenitas*) e à misericórdia (*miserecordia*). Sastre *et. al.* (1998, p. 100) sinaliza que *clementia*, *mansuetudo* e *modus* são manifestações da *temperantia*, que por sua vez é indissociável da *prudentia*.

*Aequitate* traz a ideia de alguém que tem uma atitude favorável a outro, e é associada à *mansuetudo* (HELLEGOUARC’H, 1963, p. 151), que funciona, na *pro Marcello*, como uma unidade juntamente à *clementia* (SASTRE *et. al.*, p. 100-1), indicando suavidade de caráter e inclinação natural a perdoar os erros dos outros. *Iuste*, por sua vez, em forma adverbial derivada de *iustitia*, parece neste caso contrastar com o termo *clementia*. O contraste dá-se, para Sastre *et. al.* (1998, p. 103), no âmbito da arbitrariedade: ao passo em que *iustitia* toca no caráter institucional e objetivo da justiça, *clementia* indica uma maneira muito mais pessoal e subjetiva de fazê-la. A passagem em que melhor podemos percebê-lo é, talvez, em *Marc.* 18, quando Cícero comenta estar a possibilidade de salvação nas mãos da clemência e da sabedoria/bom-senso daquele que saísse vitorioso da guerra civil:

Quidam enim non modo armatis, sed interdum etiam otiosis minabantur; nec quid quisque sensisset, sed ubi fuisset cogitandum esse dicebant: ut mihi quidem videantur di immortales, etiam si poenas a populo Romano ob aliquod delictum expetiverunt, qui civile bellum tantum et tam luctuosum excitaverunt, vel placati iam vel satiati aliquando, omnem spem salutis ad **clementiam** victoris et **sapientiam** contulisse (Cic. *Marc.* 18, grifo nosso).

De fato havia alguns que ameaçavam não apenas aqueles que participavam dos combates, mas às vezes ainda aqueles que estavam afastados da política; e declaravam que se devia considerar não o que cada um tinha como opinião, mas onde estivera; de modo que para mim, ao menos, parece que os deuses imortais, que, mesmo tendo aplicado um castigo ao povo romano por causa de alguma transgressão, provocaram tamanha e tão dolorosa guerra civil, quer já apaziguados, quer enfim saciados, confiaram toda a esperança de salvação à **clemência** e ao **bom-senso**<sup>32</sup> do vencedor (Cic. *Marc.* 18, tradução de Débora Shinohara, grifo nosso).

Quanto à *sapientia*, Pereira (2013, p. 417) afirma que

---

<sup>32</sup> Na tradução de Dominic Berry (2006, p. 217), *sapientiam* (Cic. *Marc.* 18) aparece traduzida enquanto “wisdom”, sabedoria, ao passo que Shinohara (2015, p. 69) opta por traduzi-la enquanto “bom-senso”. Alinhamo-nos, aqui, com a tradução feita por Berry (2006).

No sentido moral, a *sapientia* corresponde sobretudo à moderação, no que se aproxima do conceito grego *sophrosyne*. Mas pode dizer-se, de um modo geral, que são os sentidos de *sophia* [...] que ela abrange. Assim, pode designar um saber prático, que no caso de Cícero pode ser a jurisprudência, a eloquência, a política.

É interessante perceber, simultaneamente ao emprego de características que salientam o caráter generoso, manso e sábio de César, ocorre o apagamento de uma das virtudes do cânone: a coragem, *andreia*, adotada e transformada na *fortitudo* romana. O termo latino não ocorre nenhuma vez durante a oração. O que temos é a referência a *animo*. Enquanto este termo pode significar o espírito ou a alma racional de alguém, é também traduzido por Shinohara (2015, p. 65) enquanto “bravura” e por Berry (2006, p. 214) como “temper”, temperamento, em *Marc.* 8. Ainda assim, não aparece enquanto uma característica sendo exaltada por si própria, mas sim por ter sido vencida (*animum vincere*) juntamente à cólera (*iracundia cohibere*). Ademais, junto a estas, ter perdoado Marcelo, mostrado temperança para com o derrotado (*victoriam temperare*) e ainda o restituído de seu antigo prestígio é algo que Cícero considera como uma ação próxima a de um deus.

Animum vincere, iracundiam cohibere, victoriam temperare, adversarium nobilitate, ingenio, virtute praestantem non modo extollere iacentem, sed etiam amplificare eius pristinam dignitatem, haec qui fecit, non ego eum cum summis viris comparo, sed simillimum deo iudico (Cic. *Marc.* 8).

Vencer a bravura, conter a cólera, ter moderação com o vencido, não apenas reanimar um adversário de notável origem, capacidade e valor, quando abatido, mas ainda engrandecer seu prestígio de outrora – quem assim o fizer, eu não o comparo com os maiores homens, mas o tenho como muito semelhante a um deus (Cic. *Marc.* 8, tradução de Débora Shinohara).

O uso de *animo*, portanto, é semelhante ao que é feito em *Marc.* 24 ao falar de “ardor nos ânimos e armas” (*animorum ardore et armorum*). Com a exclusão de características sinônimas ou até mesmo próximas de *fortitudo*, é possível também inferir que Cícero de fato valoriza atributos que aproximem César de um líder de caráter sereno e ações ponderadas, ao invés de um que age de acordo com impulsos irracionais provocados pela guerra. Isto se torna bastante evidente se percebemos a forma como, em Platão (*Rep.* IV, 429a-430b), a coragem é especialmente vinculada ao aspecto militar em uma cidade.

Em *Marc.* 16, por fim, Cícero faz menção à *liberalitas* de César:

Atque huius quidem rei M. Marcello sum testis. Nostri enim sensus ut in pace semper, sic tum etiam in bello congruebant. Quotiens ego eum et quanto cum dolore vidi, cum insolentiam certorum hominum tum etiam ipsius victoriae ferocitatem extimescentem! Quo gratior tua **liberalitas**, C. Caesar, nobis, qui illa vidimus, debet esse. Non enim iam causae sunt inter se, sed victoriae comparandae (Cic. *Marc.* 16, grifo nosso).

Além disso, por certo, sirvo como prova de tal fato para Marco Marcelo, pois nossos pensamentos sempre estiveram de acordo tanto na paz como na guerra: quantas vezes e com quanto desgosto eu o vi temeroso da insolência de algumas pessoas, bem como da brutalidade da própria vitória! É por isso, Caio César, que a tua **generosidade** em relação a nós, que a presenciamos, deve-nos ser muito grata. Com efeito, os interesses não devem já ser comparados entre si, mas as vitórias (Cic. *Marc.* 16, tradução de Débora Shinohara, grifo nosso).

Esta qualidade, que se repete posteriormente em *Marc.* 19 e é traduzida por ambos Shinohara (2015) e Berry (2006) como “generosidade”, traz em si uma ideia também de superioridade. Segundo Hellegouarc’h (1963, p. 215), a *liberalitas* implica alguém próximo à condição de um *patronus*, que, em relação ao suplicante, tem noção da superioridade de sua posição. A concepção de uma *res publica* (em contraste à ideia de uma monarquia) não denota expressamente ideais igualitários a ponto desta consciência de superioridade ser algo negativo. Mas, se levarmos em conta o tom da oração, cujas notas epidíticas distendem os princípios republicanos ao limite, percebemos que o uso da *liberalitas* parece indicar mais uma forma de apontar César enquanto estando em posição de destaque. A *liberalitas* é empregada em um contexto em que, para além de favorecer Cícero e Marcelo na esfera privada, o beneficiado é, principalmente, a República, que pode agora receber este segundo de volta.

A *liberalitas* é associada à *beneficia*, que é mais comumente vista em Cícero enquanto um valor importante fora da esfera política, integrando as relações de *amicitia* (amizade) (HELLEGOUARC’H, 1963, p. 217). Para Sastre *et. al.* (1998, p. 105, tradução nossa), “a designação do ato de perdão como um *beneficium* enfatiza essa tensão observada entre *clementia* e *iustitia*, já que o exercício da justiça de nenhuma maneira pode surgir em termos

de *beneficium*”<sup>33</sup>. Isso porque, como vimos, a *clementia*, e por conseguinte *beneficium* e *liberalitas*, indicam certa arbitrariedade.

Platão (*Rep.* IV, 441d) argumenta, através da personagem de Sócrates, que o justo é aquele que tem as partições de sua alma performando suas funções tais quais as partes integrantes da cidade perfeita. Isto é, na cidade perfeita a coragem é representada por aqueles que integram o poderio militar (*Plat. Rep.* IV, 429a-430b), a sabedoria e a prudência por aqueles que governam (*Plat. Rep.* IV, 428c-d), e a temperança pelo equilíbrio entre os que governam e os que são governados (*Plat. Rep.* IV, 432a). A justiça, neste sentido, é quando existe o equilíbrio entre estas diferentes partes, tanto em uma cidade, quanto no interior da alma humana. De maneira semelhante, a *iustitia* em Cícero, que evidentemente subentende um contraste com a subjetividade da *clementia*, pode também indicar a necessidade de um equilíbrio entre as diferentes características com as quais descreve César. Continuando a exercer o poder com *sapientia* e transformando sua *clementia* em algo consistente, busca-se atingir um equilíbrio, a objetividade da *iustitia*.

### 3.2.2 César, a cena e o auditório: formas contemporâneas de pensar o antigo

Que Cícero tenta se posicionar na oração enquanto um conselheiro político de César, negociando um papel para si dentro da nova ordem, já é trazido por estudiosos há certo tempo (GOTOFF, 2002, p. 230; TEMPEST, 2013a, p. 297; TEMPEST, 2013b, p. 266; BIANCO, 2017, p. 473). Buscaremos, agora, demonstrar um pouco mais de como o orador constrói o auditório ao qual dirige sua fala e, conseqüentemente, como constrói César.

Como Massimo Bianco (2017, p. 474) sugere, a oração se configura em alguns versos quase como uma cena teatral, onde Cícero se posiciona de forma análoga a uma personagem e em seguida opõe essa mesma personagem a outra. É impossível, neste sentido, não traçar um paralelo com as ideias trazidas por Maingueneau (2015) em sua concepção das cenas de enunciação. Estas são apresentadas de acordo com uma metáfora que o autor (MAINGUENEAU, 2015, p. 118) retira do mundo do teatro, em que desde a antiguidade existe uma tradição de perceber na sociedade um teatro onde seus componentes simplesmente desempenham papéis. Desta forma,

---

<sup>33</sup> “la designación del acto de perdón como un *beneficium* enfatiza esa tensión observada entre *clementia* y *iustitia*, ya que el ejercicio de la justicia de ninguna manera puede plantearse en términos de *beneficium*”.

O termo “cena” representa ainda a vantagem de poder referir ao mesmo tempo um *quadro* e um *processo*: ela é, ao mesmo tempo, o espaço bem delimitado no qual serão representadas as peças (“na cena se encontra...”, “o rei entra em cena”), e as sequências de ações, verbais e não verbais que habitam este espaço (“ao longo da cena”, “uma cena doméstica”). De fato, o discurso pressupõe certo quadro definido pelas restrições do gênero, mas deve também gerir esse quadro pela encenação de sua enunciação (MAINGUENEAU, 2015, p. 117).

Esta ideia nos permite pensar na *pro Marcello* enquanto uma enunciação que ocorre dentro de configurações ditadas por uma cena englobante, uma cena genérica e uma cenografia. A cena englobante pode ser entendida como o tipo de discurso, um “recorte da atividade social caracterizável por uma rede de gêneros do discurso” (MAINGUENEAU, 2015, p. 118). A cena genérica, por sua vez, diz respeito às normas associadas aos diferentes gêneros do discurso e às expectativas que estas geram nos ouvintes (MAINGUENEAU, 2015, p. 120). Dentro desta concepção, como explica Maingueneau (2015, p. 120-2), cada gênero do discurso tem a si associadas certas características, dentre as quais suas finalidades, papéis atribuídos aos parceiros, um local apropriado, suporte (modo de existência material do discurso) e recursos linguísticos típicos. E, por fim, temos também a cenografia.

A noção de cenografia se apoia na ideia de que o enunciador, por meio da enunciação, organiza a situação a partir da qual pretende enunciar. Todo discurso, por seu próprio desenvolvimento, pretende, de fato, suscitar a adesão dos destinatários instaurando a cenografia que o legitima. Esta é imposta logo no início, mas deve ser legitimada por meio da própria enunciação. Não é simplesmente um cenário; ela legitima num enunciado que, em troca, deve legitimá-la, deve estabelecer que essa cenografia da qual a fala vem é precisamente a cenografia requerida para enunciar como convém num ou noutro gênero do discurso (MAINGUENEAU, 2015, p. 123)

Esta última noção de Maingueneau (2015) dialoga com a ideia de Ruth Amossy (2020, p. 77-8), de uma construção do auditório<sup>34</sup> enquanto uma estratégia argumentativa por parte do orador. O auditório, como entendido pela autora (AMOSSY, 2020, p. 52), condiz àqueles que o orador busca influenciar por meio da argumentação, seja este auditório o de uma enunciação oral ou escrita.

---

<sup>34</sup> Quanto ao uso de termos como “auditório”, “alocutário”, “interlocutor” e “destinatário”, Amossy (2020, p. 52) explica que, ao longo da obra em questão, usar-se-á em sentido similar “auditório” (ou “público”, de maneira mais genérica) e “alocutário” (ou “destinatário”), ao passo que “interlocutor” será empregado, efetivamente, em diálogos. Adotaremos a mesma postura neste trabalho.

Em casos em que o orador se encontra frente a um auditório heterogêneo, ele busca em sua argumentação, construir o auditório em sua fala de maneira que este se identifique com o que está a ser dito (AMOSSY, 2020, p. 68). A projeção realizada pela fala do enunciador passa a agir, dessa forma, enquanto estratégia de argumentação para que o auditório passe a aderir ao seu discurso. O auditório, neste sentido, é uma construção do orador, que deve estar ciente, para o sucesso de sua visada argumentativa<sup>35</sup>, do “nível de educação de seus interlocutores, o meio social do qual fazem parte, as funções que assumem na sociedade. É somente quando ele consegue ter uma ideia de seu público que o orador pode tentar aproximá-lo de seus próprios pontos de vista” (AMOSSY, 2020, p. 55).

Cícero, ao pronunciar-se perante o Senado, está na esfera dos discursos políticos que, portanto, compõem a cena englobante de sua enunciação. O que temos, em teoria, é um senador proferindo uma oração e dirigindo-se a outros senadores que, novamente *em teoria* estão em pé de igualdade com o Arpinate. No entanto, como foi previamente apontado, as circunstâncias em que se deu a *pro Marcello* eram bastante excepcionais: presentes no mesmo espaço estavam o “autocrata” que saíra vencedor da guerra civil e seus apoiadores.

Esta excepcionalidade, argumentamos, aparecerá em dois aspectos: na escolha do gênero do discurso (levando aqui em conta a tipologia aristotélica e a doutrina estilística do próprio Cícero) e na cenografia. Quanto ao primeiro, a escolha do gênero epidítico para os moldes da enunciação destoa profundamente não apenas do discurso que é geralmente esperado no espaço do Senado, mas da estrutura política à qual este gênero é mais comumente associado. Como Steel (2005, p. 3) aponta, em Roma, certos tipos oratórios eram esperados e associados a um ou outro espaço ou situação.

O uso da *epideixis*, como vimos ainda neste capítulo, implica uma configuração política diferente na qual o enunciador está sendo avaliado por suas habilidades oratórias, como no caso dos festivais gregos e cortes helenísticas. O uso do médio estilo repetidamente do discurso, com a sua função de *delectare*, também torna possível esta inferência. A escolha do modelo epidítico por parte de Cícero reconhece o poder que César agora detém concentrado somente em si, mesmo que esta não seja uma configuração política com a qual o orador concorde (TEMPEST, 2013a, p. 316).

---

<sup>35</sup> Aqui, é preciso diferenciar as noções de “dimensão argumentativa” e de “visada argumentativa” para Amossy (2020). A primeira é inerente a muitos discursos, mas não possui a pretensão de, através da exposição de seu ponto de vista, alterar a opinião do alocutário; já o segundo, em contrapartida, tem intenção de fazê-lo, sendo uma empreitada persuasiva consciente (AMOSSY, 2020, p. 44).

Isto não significa que falar ao Senado fosse algo completamente desprovido de uma hierarquia interna. O Senado romano era o segundo maior fórum oratório durante a República, e as deliberações aconteciam através de debates que seguiam certas convenções (STEEL, 2005, p. 12). E como indica Steel (2005, p. 13), mesmo que o Senado permitisse a todos os membros oportunidade de fala, haveria poucos discursos por parte daqueles em cargos abaixo do pretorado. No entanto, a hierarquia formal do Senado em muito se diferencia das circunstâncias em que Cícero se encontrava em setembro de 46 AEC.

Com seu caráter epidítico, os papéis atribuídos passam a ser não o de um senador dirigindo-se a seus colegas e ao magistrado presidindo a sessão, mas o de um orador provando sua capacidade de fala a um auditório que o está julgando justamente por isso. Cícero está, assim, buscando simultaneamente um espaço para si dentro deste novo momento político e tentando delimitar (e limitar) os poderes de César (KROSTENKO, 2005, p. 289) através de seu discurso.

No tocante ao segundo aspecto, a cenografia e a forma como Cícero a administra, percebemô-la justamente na construção do auditório por parte do Arpinate e o *rapport* que é estabelecido entre os dois no discurso. Se “o locutor deve, em seu enunciado, configurar um mundo cujas propriedades sejam tais que justifiquem o próprio quadro da enunciação” (MAINGUENEAU, 2015, p. 123), a cenografia que Cícero busca legitimar é aquela que, ainda dentro do modelo epidítico, reconhece a situação política inabitual em que a República se encontra e a usa para justificar a necessidade da restauração de suas instituições.

Cícero, em *Marc.* 1, faz referência a *ethos* prévio<sup>36</sup> de alguém que estava acostumado a pronunciar-se, e naquele dia, voltava a fazê-lo como de costume. Não foi, portanto, o perdão que recebera de César em 47 AEC que o restituíra o direito da fala, sua *vox* e sua *auctoritas*, mas o perdão garantido por César a Marco Marcelo:

M. enim Marcello vobis, patres conscripti, reique publicae reddito, non illius solum, sed etiam meam **vocem** et **auctoritatem** et vobis et rei publicae conservatam ac restitutam puto. Dolebam enim, patres conscripti, et vehementer angebar, virum talem, cum in eadem causa in qua ego fuisset, non in eadem esse fortuna; nec mihi persuadere poteram, nec fas esse ducebam, versari me in nostro vetere curriculo, illo aemulo atque imitatore

<sup>36</sup> Amossy (2020, p. 90) explica o *ethos* prévio como sendo “elaborado com base no papel social que o orador exerce no espaço social (suas funções institucionais, seu *status* e seu poder), mas também com base na representação coletiva ou no esteriótipo que cícula sobre sua pessoa”. Para Maingueneau (2020, p. 12), mesmo que o destinatário não tenha representações anteriores do *ethos* do orador, “o simples fato de um texto resultar de um tipo, de um gênero de discurso e de determinado posicionamento ideológico induz expectativas em termos de *ethos*”.

studiorum ac laborum meorum, quasi quodam socio a me et comite distracto. Ergo et mihi meae pristinae vitae consuetudinem, C. Caesar, interclusam aperuisti, et his omnibus ad bene de [omni] re publica sperandum quasi signum aliquod sustulisti (Cic. *Marc.* 2, grifo nosso).

Sim, senhores senadores, com a restituição de Marco Marcelo a vós e à República, julgo que a minha própria **voz** e **autoridade** foram restabelecidas e preservadas a vós e à República, não apenas as dele. Com efeito, senhores senadores, eu atormentava-me muitíssimo e lamentava que um homem tal, embora defendesse a mesma causa que eu, não compartilhasse da mesma sorte; não podia me convencer e nem acreditava ser moral nos entregarmos à nossa antiga conduta, enquanto o rival e imitador de meus trabalhos e obras era de mim, aquele que era uma espécie de aliado e companheiro, separado. Portanto, Caio César, tu desobstruíste para mim as atividades, até então impedidas, de minha antiga vida, e de algum modo deste a todos um sinal de que se deve ter esperança sobre o bem de toda a República (Cic. *Marc.* 2, tradução de Débora Shinohara, grifo nosso).

César, portanto, havia preservado ao Senado e à República tanto Marcelo quanto o próprio Cícero através do perdão do primeiro. É possível perceber, também, que Cícero promove uma linha distintiva entre si e os senadores por meio do pronome *vobis* (a vós), que se repetirá em *Marc.* 13. Em contrapartida, traça um paralelo bastante evidente entre si e Marcelo. As semelhanças entre as atitudes de Cícero e de Marcelo seguem nos parágrafos de *Marc.* 13-16, onde Cícero discorre acerca do partido que tanto ele quanto Marcelo haviam tomado durante a guerra civil. O Arpinate coloca, em *Marc.* 13, César “julgo que a maioria empreendera uma guerra mais por ignorância e por um medo enganoso e vazio do que por cobiça ou crueldade”<sup>37</sup> (Cic. *Marc.* 13, tradução de Débora dos Santos Shinohara).

Cícero havia repetidamente advogado a favor da paz, mesmo durante a guerra, e as opiniões de Marcelo sempre haviam se alinhado com as suas em ambas as circunstâncias (Cic. *Marc.* 15; 16). Segundo o orador, também, o perdão de Marcelo “certamente lhe aconteceu por mérito e pelo seu mais legítimo direito. De fato, quem é superior a ele seja na origem nobre, na honradez, na dedicação às melhores habilidades, na integridade ou em qualquer tipo de louvor?”<sup>38</sup> (Cic. *Marc.* 4, tradução de Débora Shinohara). A forma particular como Cícero descreve o ato de clemência implica igualmente na particularidade não apenas do benfeitor, César, mas também do beneficiado, Marcelo (SASTRE *et. al.*, 1998, p. 100). E o cônsul de 51 representava muitos dos valores e ideais aos quais Cícero defende dentro da esfera política.

<sup>37</sup> “iudicavit a plerisque ignoratione potius et falso atque inani metu quam cupiditate aut crudelitate bellum esse susceptum” (Cic. *Marc.* 13).

<sup>38</sup> “Quod quidem ei merito atque optimo iure contigit. Quis enim est illo aut nobilitate aut probitate aut optimarum artium studio aut innocentia aut ullo laudis genere praestantior?” (Cic. *Marc.* 4).

Ainda que não vinculada propriamente à perspectiva da análise do discurso, as concepções elaboradas por Adriano Scatolin (2018) acerca da *pro Marcello* também contribuem para pensar as formas através da qual Cícero a faz. Para o autor (SCATOLIN, p. 136), César é elogiado essencialmente de duas formas: simples ou qualificada. A forma simples garante a César alguns dos atributos que citamos acima (*sapientia, clementia, modus, lenitas, iustitia...*), que não exigem demais especificações; os elogios qualificados, em contrapartida, são aqueles feitos por Cícero para, logo em seguida, terem sua importância rebaixada em detrimento de outro considerado mais importante (SCATOLIN, 2018, p. 136-7). Desta forma, uma ideia que será explorada ao longo do discurso de maneiras diferentes é a de que, de todos os feitos de César, o perdão de Marcelo e de outros pompeianos derrotados havia sido o mais significativo (KROSTENKO, 2005, p. 282), como podemos perceber Cícero inicialmente desenvolvendo em *Marc.* 4-8.

Para o orador, dentre os feitos de César “não há maior honra do que essa que alcançaste no dia de hoje”<sup>39</sup> (Cic. *Marc.* 4, tradução de Débora Shinohara). Cícero passa então a discorrer sobre como

omnis nostrorum imperatorum, omnis exterarum gentium potentissimorumque populorum, omnis clarissimorum regum res gestas, cum tuis nec contentionum magnitudine nec numero proeliorum nec varietate regionum nec celeritate conficiendi nec dissimilitudine bellorum posse conferri; nec vero disiunctissimas terras citius passibus cuiusquam potuisse peragrari, quam tuis non dicam cursibus, sed victoriis lustratae sunt (Cic. *Marc.* 5).

todos os feitos dos nossos comandantes, todos os feitos das nações estrangeiras e dos povos mais poderosos, todos os feitos dos reis mais notórios não podem ser comparados aos teus nem pela grandeza das disputas, nem pela quantidade de batalhas, nem pela variedade de locais de combate, nem pela rapidez em encerrar as guerras, nem pela diferença entre elas. E nem ainda terras tão separadas podiam ser percorridas mais rapidamente pelos passos de alguém do que foram iluminadas não direi por tuas jornadas, mas por tuas vitórias (Cic. *Marc.* 5, tradução de Débora Shinohara).

O raciocínio da narrativa dos gloriosos feitos e vitórias militares incomparáveis de César se conclui em *Marc.* 8, quando Cícero afirma que a moderação de César perante a vitória e sua capacidade de reestabelecer um adversário de origens nobres ao seu prestígio de

---

<sup>39</sup> “nullam in his esse laudem amplioem quam eam quam hodierno die consecutus es” (Cic. *Marc.* 4).

outrora eram comparáveis às ações de um deus. Ou seja, circulando à ideia trazida em *Marc.* 4. A mesma noção é retomada em *Marc.* 17-20, onde retorna ao comedimento de César em sua vitória na guerra civil. Com os deuses já apaziguados e a esperança da salvação confinada à *clementia* e *sapientia* do vencedor (*Cic. Marc.* 18), Cícero segue:

Cetera cum tua recordabere, etsi persaepe virtuti, tamen plerumque felicitati tuae gratulabere: de nobis, quos in re publica tecum simul esse voluisti, quotiens cogitabis, totiens de maximis tuis beneficiis, totiens de incredibili **liberalitate**, totiens de singulari **sapientia** tua cogitabis: quae non modo summa bona, sed nimirum audebo vel sola dicere. Tantus est enim splendor in laude vera, tanta in magnitudine animi et consili dignitas, ut haec a virtute donata, cetera a fortuna commodata esse videantur. Noli igitur in **conservandis bonis viris** defetigari—non cupiditate praesertim aliqua aut pravitate lapsis, sed opinione officii stulta fortasse, certe non improba, et specie quadam rei publicae: non enim tua culpa est si te aliqui timuerunt (*Cic. Marc.* 19; 20, grifo nosso).

Quando te recordares de teus outros feitos, mesmo que inúmeras vezes te regozijes com o teu valor, na maior parte dos casos o farás com a tua felicidade; toda vez que pensares em nós, a quem desejavas junto a ti na República, também pensarás em teus benefícios mais notórios, em tua **generosidade** inacreditável, em tua **sabedoria** peculiar: ousarei afirmar que tais qualidades não são apenas os maiores bens, mas certamente os únicos. Pois tamanha magnificência há na verdadeira honra, tamanho prestígio na grandeza de espírito e de resolução, que tais elementos parecem ser presentes da virtude, os restantes concedidos pela sorte. Portanto, não te cansas de **preservar os homens de bem**, sobretudo aqueles que vacilaram não por alguma ambição ou defeito moral, mas por uma concepção talvez tola do dever, sem dúvida não desonesta, e por certa imagem da República, pois não é tua culpa se algumas pessoas sentiram medo de ti (*Cic. Marc.* 19; 20, tradução de Débora Shinohara, grifo nosso).

Neste trecho, há um forte estímulo em direção à continuidade na política de *clementia* do ditador, ao perdão dos *bonis viris*. Assim como era de costume dentro da tradição epidítica helenística, o elogio ao governante se misturava às sugestões e conselhos do orador (TEMPEST, 2013a, p. 317), Cícero dilui em meio às características de César, conselhos que faziam parte de um programa político pós-guerra. Este é o ponto central da oração, e aquele que orienta a forma como a figura de César é moldada no interior do discurso. O discurso de Cícero se volta, acima de tudo na segunda parte da oração (*Cic. Marc.* 21-34), para a concepção de Cícero daquilo que deveriam ser os próximos passos do ditador.

Nota-se, neste sentido, que o termo *re publica* ocorre um total de vinte e duas (22) vezes, em diferentes declinações, ao longo de trinta e quatro (34) seções da oração. Não é,

portanto, incongruente afirmar que a ocorrência é bastante alta, se levarmos em consideração que Marcelo, que leva o título da obra, aparece nominalmente dez (10) vezes, o Senado, ao qual Cícero inicia a oração referindo-se, apenas três (3) e César, alocutário de Cícero e foco do discurso, quatorze (14). A República, portanto, é um tópico central da oração, e a imagem de César passa a ser mais fortemente vinculada a ela a partir de *Marc.* 21. E, como nota Tempest (2013a, p. 318), a linguagem republicana permanece constante durante a oração, mesmo que essa esteja emoldurada com o estilo epidítico.

Até o momento, temos um César construído como um vencedor de uma guerra civil contrário à experiência anterior, onde o conflito entre Mário, Cina e Sila escalou de tal maneira a chegar às proscricções<sup>40</sup>. O César de Cícero na *pro Marcello* apresenta brandura e moderação marcantes, sendo capaz de perdoar a os insultos passados do exilado por respeito à vontade do Senado de fazê-lo e por colocar a República acima de ressentimentos pessoais (*Cic. Marc.* 3). Mais do que tudo, no entanto, o César de Cícero é alguém que possui todas as características enumeradas pelo orador e, estando em uma posição de enorme poder, tem a seu alcance a capacidade de restaurar a República.

Omnia sunt excitanda tibi, C. Caesar, uni, quae iacere sentis, belli ipsius impetu, quod necesse fuit, percussa atque prostrata: constituenda iudicia, revocanda fides, comprimendae libidines, propaganda suboles: omnia, quae dilapsa iam diffluxerunt, severis legibus vincienda sunt. Non fuit recusandum in tanto civili bello, tanto animorum ardore et armorum, quin quassata res publica, quicumque belli eventus fuisset, multa perderet et ornamenta dignitatis et praesidia stabilitatis suae; multaue uterque dux faceret armatus, quae idem togatus fieri prohibuisset. Quae quidem tibi nunc omnia belli volnera sananda sunt, quibus praeter te nemo mederi potest (*Cic. Marc.* 23; 24).

Cabe a ti, Caio César, unicamente, avivar tudo o que percebes estar destruído e arruinado pelo chão, pela impetuosidade da própria guerra, como era forçoso: devem ser restabelecidos os tribunais, retomada a confiança, reprimidos os desejos, multiplicada a população: tudo o que, dissipando-se, já se perdeu deve ser contido por leis severas. Era de se aceitar que, em meio a tamanha guerra civil, a tamanho ardor nos ânimos e nas armas, qualquer que fosse o resultado da guerra, a República enfraquecida perderia grande parte tanto das distinções de sua dignidade como do sustentáculo de sua estabilidade; e ambos os comandantes, estando em guerra, cometeriam muitos atos que, em época de paz, eles mesmos teriam proibido de serem feitos. Na verdade, agora tu deves cicatrizar todas estas feridas da guerra, que ninguém além de ti pode curar. (*Cic. Marc.* 23; 24, tradução de Débora Shinohara).

---

<sup>40</sup> Cícero explicitamente o contrasta aos demais vencedores de conflitos civis em *Marc.* 12.

De fato, a César, que já havia conquistado inúmeras vitórias e derrotado seus adversários, falta ainda esta etapa de restauro político. Como coloca Cícero, “resta-te este papel; falta-te este ato; deves aplicar teus esforços para que organizes a República e para que tu, acima de tudo, dela desfrutes em tranquilidade e paz extremas<sup>41</sup>” (Cic. *Marc.* 27, tradução de Débora Shinohara). Assim, mais uma vez, Cícero parece rebaixar as conquistas de César perante algo que considerava mais digno de nota: a menos que César retorne Roma à estabilidade por meio de resoluções e leis, a memória do ditador não teria morada fixa mesmo para aqueles que haviam lido sobre suas batalhas, monumentos e triunfos (Cic. *Marc.* 29). O restauro da República e o reparo de suas instituições

Como articula Ruth Amossy (2020, p. 55), o auditório construído pelo locutor opera quase como uma ficção verbal, no sentido de que “a imagem que o orador projeta de seu alocutário permanece, de fato, distinta da realidade concreta e imediata. Entretanto, uma fantasia excessiva não é conveniente para aquele que quer conquistar a adesão”. Para além disso, a autora (AMOSSY, 2020, p. 55) ainda pontua que “a distância entre a imagem do auditório elaborada pelo orador e o público efetivo determina a eficácia da argumentação”. Vale notar, nesse âmbito, que as recomendações feitas por Cícero em *Marc.* 23 referiam-se a passos que já estavam sendo tomados por César, ou seja, não era um programa estipulado pelo próprio orador (TEMPEST, 2013b, p. 273-4).

Krostenko (2005, p. 289) sugere que o entusiasmo de Cícero pode ter revestido a decisão de César de perdoar Marcelo de uma motivação que o ditador não tinha. Ao invés disso, o que César pretendia com o perdão do cônsul de 51 AEC era torná-lo mais um dos beneficiados por sua *clementia*, tirar-lhe a posição de herói exilado (GAGLIARDI, 1997, p. 99). Se olharmos por esta ótica (deixando, porém, de lado o objetivo de estabelecer a intenção), percebemos ainda mais claramente como Cícero utiliza-se da construção que faz de César em seu discurso enquanto visada argumentativa pelo restauro da República, mesmo com a distância entre o auditório empírico e a imagem deste criada pelo orador. Cícero vê na maneira de representar César a oportunidade de argumentar a favor da *res publica*, construindo o ditador como um instrumento que possibilitaria sua continuidade.

---

<sup>41</sup> Haec igitur tibi reliqua pars est: hic restat actus, in hoc elaborandum est, ut rem publicam constituas, eaque tu in primis summa tranquillitate et otio perfruare (Cic. *Marc.* 27).

## 4 PARA ALÉM DA AMBIGUIDADE

Vimos, no capítulo anterior, que alguns elementos empregados na descrição de César contrastam uns dos outros, que o gênero e o teor do discurso são igualmente dissonantes. Neste capítulo, iremos discutir com maior profundidade a questão da ambiguidade presente na oração (e no discurso), trazendo ao debate autores que foram fundamentais à nossa maneira de pensar a *pro Marcello* e explorando melhor as ideias presentes em suas obras.

### 4.1 UMA AMBIGUIDADE PROPOSITAL

É notado por Peter White (2003) que César e Cícero raramente estiveram em Roma ao mesmo tempo desde o início das campanhas militares de César na Gália até o final da guerra civil de 49 AEC. A comunicação entre os dois se dava, conseqüentemente, por meio de epístolas trocadas num intervalo de quase dez anos. César, como indica White (2003), parece ter adotado durante este período uma estratégia que consistia no envio de epístolas e mensagens por meio de terceiros. Nessa estratégia, considerações positivas sobre Cícero misturavam-se às reprobatórias. A soma de cartas enviadas pelo próprio César e de mensagens levadas por seus emissários tornava difícil para Cícero saber ao certo quais eram os sentimentos do general para consigo.

Acho que seria uma inferência que isso era a resolução de César todo este tempo, e que no interim ele propositalmente manteve Cícero desorientado com mensagens discordantes sobre sua situação. Em outras conjunturas, também, ele usou terceiros para garantir que Cícero receberia mensagens que o enganassem ou o desconcertassem ou o parassem. No início de 49, duas vezes ele sujeitou Cícero a este tratamento<sup>42</sup> (WHITE, 2003, p. 80, tradução nossa).

Ou seja, César havia adotado uma política de comunicação deliberadamente confusa. Como aponta Dugan (2013, p. 221), a correspondência entre os dois dá uma mostra da complexidade hermenêutica, e Cícero muitas vezes contava com a ajuda de seus correspondentes para tentar decifrar as intenções de César assim como para pensar em como

---

<sup>42</sup> I think it would be a fair inference that this was the resolution Caesar intended all along, and that in the interim he purposefully kept Cicero off balance with discordant messages about his situation. At other junctures, too, he used surrogates to ensure that Cicero would receive messages that misled or disconcerted or stymied him. In early 49, he twice subjected Cicero to this treatment.

este podia interpretar suas próprias palavras. Esta informação é particularmente importante se levarmos em consideração que Cícero estava ainda voltando a se estabelecer em Roma após o perdão e, conforme o notado por Hall (2009, p 109), a ditadura de César havia criado um ambiente oratório novo e inquietante ao qual Cícero precisava se adaptar.

A ambiguidade, neste sentido, não se encontra somente na oração, mas no contexto em que o discurso emerge. Da escolha do gênero ao contraste dos termos escolhidos, a *pro Marcello*, portanto, é dotada de uma ambiguidade que responde aos tempos. Como Dugan (2013, p. 211, tradução nossa), “linguagem ambígua pode ser uma resposta cautelosamente opaca a circunstâncias precárias, deixar adversários incertos sobre as intenções de alguém, prevenir adversidades, ou oferecer criticismo de uma pessoa mais poderosa sob disfarce de elogio”<sup>43</sup>.

Enquanto, como veremos a seguir, alguns estudiosos argumentam que tal ambiguidade é fruto de algum tipo de ameaça velada, outros, como Sastre *et. al.* (1998), Krostenko (2005), Tempest (2013a; 2013b), Gotoff (2002) e Bianco (2017) percebem a oração como uma série de elementos de uma complexidade muito maior. Vale ressaltar que a temática da ambiguidade é transversal à toda a bibliografia que trata da *pro Marcello*, mesmo que alguns autores não se proponham a resolvê-la em nível da intenção.

Da mesma maneira, não propomos, com o uso da análise do discurso, negar tal ambiguidade por atermo-nos ao sentido e a representação de César feita por Cícero. Pretendemos, portanto, entender e aceitar esta ambiguidade enquanto parte integrante do discurso ciceroniano nesta oração. Em outras palavras, a *pro Marcello* é ambígua e este elemento é uma parte ativa da arguição.

#### 4.2 *PRO MARCELLO*: ELOGIO, AMEAÇA OU PROPAGANDA POLÍTICA?

Quando tratamos da *pro Marcello*, a ideia de uma *oratio figurata* é um tema recorrente. De fato, a questão é levantada até mesmo pelos comentaristas mais antigos da oração, como é o caso do *Scholia Gronoviana*, um códice com a datação aproximada do século X. O estudioso escreve às margens do texto de *pro Marcello* comentado que “muitos pensam que esta oração é figurada e a explicam dessa forma, como se tivesse mais críticas do

---

<sup>43</sup> “ambiguous language can be a cautiously opaque response to precarious circumstances, make adversaries uncertain about one’s intentions, hedge bets, or offer criticism of a more powerful person in the guise of praise.

que elogios”<sup>44</sup> (SCHOLIA, 900-?, tradução nossa). A conclusão à qual chega é que César era um excelente orador que seria capaz de perceber tais críticas e que, portanto, a teoria de censuras veladas dentro da oração não servia “nem aos tempos nem a César”<sup>45</sup> (SCHOLIA, 900-?, tradução nossa).

É deste ponto que parte Dyer (1990) em *Rhetoric and Intention in Cicero's pro Marcello*. O autor (DYER, 1990, p. 20) argumenta que o comentarista falha em compreender que o contrato em que os elogios hiperbólicos de Cícero colocam César funciona justamente porque César compreende e que, ademais, deixa de perceber que o alvo da argumentação de Cícero eram os senadores tradicionais. A tese que Dyer (1990) sustenta ao longo de seu artigo é a de que Cícero cria dilemas de cunho filosófico que têm como objetivo suscitar *indignatio* na audiência. Para além disso, um segundo ponto que sustenta a argumentação é que a publicação da versão escrita da *pro Marcello* teria sido posterior à da *pro Ligario*, meses mais tarde, quando César estava longe de Roma (DYER, 1990, p. 19). Assim, a *pro Marcello* não seria um ataque direto a César, mas um aviso que, se César falhasse em cumprir com o “contrato” que a oração propunha, o ditador estaria correndo risco de assassinato (DYER, 1990, p. 26).

A noção de uma data de publicação posterior é reavivada por Paola Gagliardi (1997). No entanto, Gagliardi (1997, p. 115) adota uma visão mais radical, afirmando que a ameaça de morte é o ponto focal da oração. A autora (GAGLIARDI, 1997, p. 110) esclarece partir da proposta de Dyer (1990) para construir sua tese, que defende a ideia da *pro Marcello* como uma obra repleta de ironia. Para que isso fosse possível, haveria uma diferença de meses entre a *pro Marcello* ter sido apresentada ao Senado e, então, disseminada em sua versão escrita, que seria fruto de uma reelaboração (GAGLIARDI, 1997, p. 95).

Trabalhar com textos antigos é algo acompanhado, sempre, pela noção de que, dentro da proposta da análise do discurso, não estamos lidando com um primeiro momento de enunciação<sup>46</sup>. Os textos que chegam até nós são sempre posteriores à enunciação oral (salvo casos quando, como na segunda *Phillipicae*, o discurso foi elaborado de forma escrita com a

<sup>44</sup> “Plerique putant figuratam esse istam orationem et sic exponunt, quasi plus vituperationibus habeat quam laudis”.

<sup>45</sup> “Nec temporibus nec Cesari”.

<sup>46</sup> Milton Pinto (2002, p. 32) pontua que “enunciação é o ato de produção de um texto, e se opõe ao *enunciado*, que é o produto cultural produzido, o texto materialmente considerado”. O enunciado é, podemos considerar aqui, a *pro Marcello* em si, em um texto deslocado do contexto em que foi primeiramente produzido. O enunciado é, portanto, imutável, inalterável e estático, posto que, independentemente da forma em que for exposto, as palavras serão sempre as mesmas. Em contraste, temos a enunciação, que é múltipla e ocorre cada vez que o enunciado é falado ou repetido. A *pro Marcello* em sua forma escrita pode ser considerada, desta maneira, parte de um segundo momento de enunciação.

intenção de ser disseminado desta maneira ou não chegou a ser performado perante uma audiência). No entanto, como Steel (2005, p. 25, tradução nossa) pontua, a composição de textos em Roma normalmente envolvia elementos da oralidade: “leituras públicas ou privadas poderiam ser um meio através do qual um texto poderia ser disseminado; e a leitura individual poderia envolver um discurso audível, ou ter outra pessoa lendo em voz alta. Toda a literatura romana envolve alguma dimensão oral”<sup>47</sup>.

Esta consciência entre o falado e o escrito permeia a *pro Marcello* assim como os estudos de toda a literatura clássica. É geralmente aceito que Cícero editava seus textos de maneira a deixá-los mais organizados, expressar melhor seus argumentos e, no caso de discursos do gênero judicial, deixar o texto unificado e ininterrupto (STEEL, 2005, p. 26-7). No entanto, autores como Krostenko (2005, p. 279) defendem que, enquanto o texto publicado da *pro Marcello* provavelmente não reproduz as palavras exatas de Cícero, pode ainda sim reproduzir o modo de falar e o sentimento transmitido. Igualmente, Steel (2005, p. 27) lembra-nos que um orador experiente, combinando preparação prévia e memória treinada, poderia reproduzir um registro bastante preciso daquilo que foi dito em forma escrita. E Cícero, sabemos, era um orador experiente. E existe também a possibilidade, nota Michael Winterbottom (2002, p. 29), de que a situação que levou à *pro Marcello* tenha sido um pouco menos *impromptu* do que Cícero deixa transparecer em *Fam.* IV, 4.

Ou seja, podemos assumir que, mesmo não sendo o texto que temos atualmente uma réplica exata da fala de Cícero ao Senado na ocasião da *pro Marcello*, é possível considerá-lo um relato substancialmente confiável em cima do qual apoiarmo-nos para uma análise. As teses de Dyer (1990) e de Gagliardi (1997), nesse sentido, não se sustentam sem o elemento conjuntural de uma data de publicação postergada, pois os argumentos são embasados sobre uma crítica velada e de uma ironia que não estariam, do contrário, presentes no texto. Isto não é, contudo, o mesmo que dizer que a *pro Marcello* é desprovida de criticismo, ou então que devemos considerar a *pro Marcello* enquanto dotada de uma sinceridade inteiramente genuína como faz Elizabeth Rawson (1975, p. 219).

Pelo contrário: como demonstramos em nossa análise, a *pro Marcello* apresenta uma linguagem e cenografia ambíguas. *Clementia* e *iustitia* levantam os aspectos conflitantes sobre o nível de arbitrariedade com o qual a justiça era feita no pós-guerra civil. A escolha do

---

<sup>47</sup> “public or private readings could be a medium by which a text was disseminated; and individual reading could involve an audible speech, or having another person reading aloud. All Roman literature involves some oral dimension”.

gênero epidítico trazia pesadas implicâncias quanto à maneira que Cícero interpretava a conjuntura política e ainda sim, como esclarece Tempest (2013a), o teor do discurso é republicano. A estrutura bipartida, também, onde parte da oração parece ser dedicada a agradecer e engrandecer os feitos de César e, a partir de *Marc.* 21, abruptamente passa a dirigir uma possível ameaça contra o ditador, torna difícil construir uma imagem estável de como Cícero o percebe e o apresenta.

No tocante à *pro Marcello*, porém, Jon Hall (2009, p. 104, tradução nossa) aponta que “ambos o otimismo do discurso e seu encorajamento das ações de César não estão perturbadoramente desalinhados das genuínas esperanças e propósitos do orador neste momento em particular”<sup>48</sup>. Refutando as ideias de Dyer (1990), Winterbottom (2002) redige seu capítulo *Believing the pro Marcello*. Através de cartas e outras produções literárias contemporâneas ao discurso, Winterbottom (2002, p. 35, tradução nossa) demonstra que “o discurso, se lido de maneira direta, encaixa-se coerentemente no contexto do mês em que foi proferido; ignorar esta coerência, arbitrariamente atrasando sua publicação, é um preço muito alto a ser pago para lê-lo do jeito forçado que Dyer recomenda”<sup>49</sup>. Percebemos, dessa forma, que os pensamentos de Cícero se alinham com aqueles demonstrados na *pro Marcello*, principalmente no tocante à instabilidade da República e o sentimento de urgência para restaurá-la. É dentro dessa perspectiva que Cícero passa a se colocar enquanto um conselheiro político de César, e Gotoff (2002, p. 222) pontua que, apesar de Cícero mostrar-se capaz de, em cartas, ser idealista e cínico simultaneamente, no âmbito político quase sempre o Arpinate era realista.

Dentro desta mesma lógica, John Dugan (2013, p. 218), que em *Cicero and the Politics of Ambiguity* tece um comentário acerca do histórico das interpretações da *pro Marcello*, chama atenção para os métodos oferecidos pelo próprio Cícero acerca de como interpretar um texto ambíguo. Em um tratado retórico que escreve pouco depois da *pro Marcello, Orator*, Cícero argumenta que, no processo de análise de um texto ambíguo, um trecho deste caráter pode ser melhor entendido em meio a outros documentos que atestam o estado de espírito do autor. É importante, destarte, levar em consideração outras produções do período que nos auxiliam a esclarecer, pelo menos em parte, o sentido da obra.

---

<sup>48</sup> “both the optimism of the speech and its encouragement of Caesar’s actions are not disturbingly out of line with the orator’s genuine hopes and aims at this particular moment”.

<sup>49</sup> “the speech, read straight, fits coherently into the context of the month when it was delivered; ignoring that coherence, and arbitrarily delaying its publication, is too high of a price to pay for reading it in the forced way that Dyer recommends”.

Conforme Maingueneau (2015, p. 28), “o discurso só adquire sentido no interior de um imenso interdiscurso. Para interpretar o menor enunciado, é necessário relacioná-lo, conscientemente ou não, a todos os tipos de outros enunciados sobre os quais ele se apoia de múltiplas maneiras”. O porte deste trabalho, naturalmente, não permite uma relação tão ampla nem uma análise tão detalhada no âmbito interdiscursivo, mas concordamos, para este fim, com a afirmação de Winterbottom (2002)<sup>50</sup> acerca da consonância entre o conteúdo do discurso e o teor daquilo encontrado nas suas produções contemporâneas.

É preciso, contudo, atentar-se à forma como tal como tal relação é feita. Adriano Scatolin (2018) procura demonstrar como a natureza dos elogios de Cícero a César pode ser melhor compreendida se comparada com o padrão retórico encontrado nas Filípicas, utilizando também *De Officiis* para explicar o quadro filosófico da oração. Porém, sob uma perspectiva histórica, consideramos necessário levar em consideração, além do padrão retórico empregado nas duas orações, o elemento do contexto. Ambas as obras utilizadas por Scatolin (2018) são posteriores não só à *pro Marcello* como também ao assassinato de César (ao qual Cícero se posiciona favoravelmente). Tanto as *Philippicae* quanto *De Officiis*, igualmente, fazem parte de um contexto inteiramente diferente, ainda que o orador adote a mesma lógica ao falar de Marco Antônio e Otaviano. Entendemos que diferentes áreas do conhecimento (Letras, Filosofia, História...) podem abordar o mesmo conteúdo de formas notadamente diferentes, o que apenas enriquece as obras sob as quais se debruçam. No entanto, se tratando aqui de um trabalho que presta especial atenção ao contexto histórico de produção da *pro Marcello*, não poderíamos deixar de incluir tal ressalva.

A temática da ambiguidade é, como mencionado previamente, transversal às discussões acerca da *pro Marcello* em um ou outro nível. Brian Krostenko (2005), por exemplo, ao realizar sua análise dos estilos e as ideologias a eles vinculada, se propõe a pensar em termos estilísticos a questão da *gratiarum actio* vs. *suasoria*. Sastre *et. al.* (1998) apresentam, nesse sentido, uma abordagem bastante diferente daquilo que era até então o maior tópico de debate. No artigo *La clementia Caesaris y el pro Marcello*, os autores (SASTRE *et. al.*, 1998) fazem uso da Nova Retórica proposta por Perelman e Obrecht-Tyteca (1989) discutida intensamente dentro da obra de Amossy (2020). Para os autores, a *pro Marcello* “constrói uma realidade política e estabelece o papel que nela têm o orador, como

---

<sup>50</sup> Faz-se necessário ressaltar, aqui, que Winterbottom (2002) não segue a perspectiva da AD, ainda que suas conclusões dialoguem com o princípio apontado por Maingueneau (2015, p. 28).

representante do senado, e seu interlocutor, César”<sup>51</sup> (SASTRE *et al.*, 1998, p. 99, tradução nossa). Esta perspectiva é de excepcional contribuição para nossa pesquisa a partir do momento em que, atentando-se às particularidades de César vinculadas principalmente à *clementia*, descritas na oração, Sastre *et al.* (1998) traçam uma relação entre estas, apontando associações entre os termos e seus enraizamentos na esfera política.

Desde o final dos anos 1970, com Gianni Cipriani (1977, *apud* GOTOFF, 2002; TEMPEST, 2013b), outra temática presente é o estudo do orador enquanto conselheiro político, e a visão que domina, ainda, é a da *pro Marcello* como *suasoria* (GOTOFF, 2002, p. 226). Nesta lógica, Gotoff (2002) e Tempest (2013b) foram de vital importância no desenvolvimento deste trabalho. Gotoff (2002), assim como Winterbottom (2002), atem-se a uma análise centrada mais no aspecto textual da *pro Marcello*, abordando também as três Orações Cesaristas. O autor (GOTOFF, 2002) concentra-se nas passagens da oração que estabelecem o caráter do orador face a face com a audiência. Tempest (2013b), por sua vez, trata da forma como Cícero constrói a ideia de estar sendo sincero perante César. O objetivo da autora (TEMPEST, 2013b) não é, com isto, estabelecer se Cícero de fato estava sendo sincero, e sim os mecanismos através dos quais se dispunha para criar tal imagem.

Tempest (2013b) e Gotoff (2002), assim, embora tenham como foco de suas obras o *ethos* de Cícero e sua estratégia retórica, acabaram dialogando mesmo que indiretamente com a proposta da AD de Maingueneau (2015) e Amossy (2020), e nos permitindo perceber melhor a forma como o orador se coloca em relação à audiência e a quais personagens do discurso busca se comparar. Gotoff (2002, p. 224, tradução nossa) propõe que “oradores devem sempre avaliar audiências para determinar como melhor aproximar-se e apelar a elas”<sup>52</sup>. Esta noção, junto à forma como Gotoff (2002) conduz sua análise, remete-nos aos apontamentos feitos por Amossy (2020, p. 55) acerca da necessidade do orador de conhecer o público ao qual tentará persuadir.

Tempest (2013b, p. 266-7, tradução nossa), igualmente, argumenta que, quanto ao problema com o qual Cícero se deparou na *pro Marcello*, que

Cícero precisava apresentar uma persona credível enquanto expressava publicamente seu comprometimento para com César. Além disso, ele também precisava incentivar César a restaurar a liberdade constitucional sem

<sup>51</sup> “construye una realidad política y establece el rol que en ella tienen el orador, como representante del senado, y su interlocutor, César”.

<sup>52</sup> “orators must always assess audiences to determine how best to approach and appeal to them”.

abertamente rotular o comportamento recente do ditador como “não-republicano”. Portanto, sugiro, que a questão não deveria ser se Cícero *estava*, de fato, sendo sincero. Do contrário, deveríamos perguntar: como Cícero *persuadiu* César que estava sendo sincero e como empregou seu *ethos* para tal efeito?<sup>53</sup>

Esta noção é particularmente importante para nós à medida que permite-nos pensar que Cícero constrói-se de forma a não apenas elogiar ou culpar, mas com uma argumentação que direciona a oração, dando sentido a ela. Havia, em *pro Marcello*, de fato, uma visada argumentativa que ia para além da noção simplista de sinceridade ou ironia. Vale lembrar, aqui, que embora a autora (TEMPEST, 2013b) esteja abordando a persona de Cícero sem propriamente adentrar a figura de César, tudo no discurso é parte de uma construção integrada de mundo na visão do sujeito enunciador (ORLANDI, 2020). Um elemento se encaixa e opera organicamente dentro do universo do discurso seja em harmonia, seja em contraste com os outros. Portanto, é preciso entender que elementos não necessariamente centrais à análise que propomos, ou seja, da figura de César, para entender como Cícero está administrando a cenografia do discurso. Afinal, como coloca Maingueneau (2015, p. 77), “o contexto não está situado no exterior da obra, em uma série de invólucros sucessivos, mas o texto é própria gestão do contexto”.

O gênero e estilo do discurso conforme analisado por Tempest (2013a), Braund (1998) e Krostenko (2005), da mesma forma, contribuem imensamente para pensarmos nesta gestão. Braund (1998) descreve melhor os elementos panegíricos passados à oratória latina não apenas de Cícero, mas também de Plínio e Sêneca. A autora (BRAUND, 1998) toca também nas características encontradas nos panegíricos de Isócrates e parte do caminho que estas fizeram até serem absorvidas pelos romanos. Todas as três Orações Cesaristas, ressalta Braund (1998, p. 68), abordam as consequências do poder estar sendo acometido pela primeira vez em um único homem, e as três seriam, portanto, as primeiras três panegíricas imperiais que sobreviveram e chegaram até nós.

Para Braund (1998, p. 69), ademais, “o discurso atribui a César muitos itens do conjunto padrão de virtudes [...], mas todos apresentados de maneira em que complementam o

---

<sup>53</sup> “Cicero needed to present a credible persona as he publicly voiced his commitment to Caesar for the first time. Furthermore, he also needed to urge Caesar to restore the constitutional freedom without openly branding the dictator’s present behaviour ‘un-republican’. Hence, I suggest, the question should not be whether Cicero *was*, in fact, sincere. Rather, we should ask: how did Cicero *persuade* Caesar that he was sincere and how did he employ his *ethos* to that effect?”

foco central da oração”<sup>54</sup>. A autora (BRAUND, 1998), desta forma, ainda que não analise tão detalhadamente a oração como fazem Krostenko (2005) e Tempest (2013a), traça um panorama bastante abrangente acerca das primeiras panegíricas latinas.

De maneira semelhante, Krostenko (2005) debruça-se sobre a doutrina dos Três Estilos, demonstrando como Cícero traz à tona diferentes estilos como uma forma de explorar as possíveis associações feitas a cada um. Exemplificando: ao médio estilo, geralmente é associado o gênero epidítico e entende-se que o orador busca o deleite do ouvinte através de sua fala; ao alto estilo, em contrapartida, é visto como o mais apropriado para comover, provocar emoções no público (KROSTENKO, 2005, p. 288; POWELL, 2013, p. 53). Cícero emprega ambos em momentos alternados ao longo da oração e aciona, assim, associações e convenções geralmente ligadas a um ou outro estilo. Nesse sentido, Krostenko (2005) vê, na ambiguidade da *pro Marcello*, uma oração que se ajusta a uma nova conjuntura política.

Tempest (2013a), por sua vez, discorre sobre o uso da oratória helenística em Roma através da *pro Marcello*, demonstrando mais detalhadamente os pontos da oração em que esta se faz presente e através de quais aspectos mais se manifesta. Tempest (2013a), portanto, nos ajuda a repensar parte do dilema referente ao gênero de discurso adotado por Cícero. O uso da *epideixis* tornava a fala de Cícero bastante artificial, e parte da resposta quanto à opção desta maneira de se dirigir se encontraria no fato de ser, acima de tudo, agradável de ouvir e também remeteria à educação em comum que ambos Cícero e César haviam tido na Grécia e em Rhodes com Apolônio Mólón (TEMPEST, 2013a, p. 316).

Ambos, portanto, haviam tido lições de como dirigirem-se a um tirano. Isso não quer dizer, como Dyer (1990) afirma, que a *pro Marcello* buscava propositalmente causar *indignatio* nos senadores presentes e aproximar-se, portanto, de uma *admonitio* mais do que de uma *gratiarum actio* ou de uma *suasoria*. A autora (TEMPEST, 2013a, p. 315) afirma, nesse sentido, que nem todo o criticismo precisa ser, necessariamente, mau criticismo, e que elogio sincero e criticismo construtivo podem conviver e operar de maneira simultânea dentro do mesmo discurso. Não seria preciso, deste modo, classificar a *pro Marcello* entre um ou outro, *suasoria* ou *gratiarum actio*: Cícero poderia transitar pacificamente entre as duas sem que uma obrigatoriamente anulasse a outra.

Similar à forma como Tempest (2013a; 2013b) propõe, de pensar em *como* de fato Cícero mobiliza elementos e constrói imagens mentais, Maurizio Massimo Bianco (2017, p.

---

<sup>54</sup> “the speech, in short, attributes to Caesar many items from the standard pool of virtues [...], but all presented in a way in which they complement the central focus of the speech”.

474, tradução nossa) propõe “iluminar todos aqueles mecanismos que possibilitam a Cícero seja criar um perfil de reflexão que vá além do ‘agradecimento’, seja traçar um novo e possível equilíbrio das relações de poder”<sup>55</sup>. Assim como sugere Gotoff (2002, p. 227, tradução nossa), que “é a excelência de Marcelo que empresta respeitabilidade ao ato de César”<sup>56</sup>, Bianco (2017, p. 479, tradução nossa) demonstra que “nas palavras de Cícero se redesenha, ao mesmo tempo, um equilíbrio entre a imagem de Marcelo, o beneficiado, e aquela de César, o benfeitor”<sup>57</sup>. Dentro deste raciocínio, seria o perdão (e a consecutiva volta) de Marcelo que teria dado um sinal prenunciando o restauro da *res publica* (BIANCO, 2017, p. 476).

Marcelo trazia em si e consigo os valores que indicavam que, caso César seguisse com sua política de *clementia*, perdoando *bonis viris* e os admitindo de volta ao Senado, a República poderia, se fato, seguir seu curso. Essa política, argumenta Gotoff (2002, p. 226), deveria ser para tanto consistente, não arbitrária, e tratada realmente enquanto política, não indulgência. É precisamente neste ponto, percebemos, que a natureza da *clementia* choca-se com a ideia da objetividade e imparcialidade oferecida pela *iustitia*. A ambiguidade da oração reside, assim, em grande parte naquilo que é trazido por Hall (2009, p. 107), onde Cícero precisava agradecer a um ditador cujo poder o orador considerava de enorme ambivalência, e César, por sua vez, tinha suas suspeitas em relação ao Arpinate.

No tocante ao estilo artificial da oração, assim, Tempest (2013a, p. 317, tradução nossa) conclui que

Ao enaltecer César, Cícero apoiou-se nas convenções helenísticas gregas, pois um número de *topoi* sobre a realeza havia evoluído nas tradições literárias grega e helenística as quais Cícero podia adaptar para este propósito – como o enaltecimento das virtudes de um governante e seus feitos únicos, a ênfase em sua divindade, assim como lembrá-lo da instabilidade de seu poder. O fascínio helenístico com os *paradoxon*, em particular, permitiam a Cícero introduzir o conselho que queria dar a César: restaurar a liberdade constitucional republicana e evitar o caminho para a autocracia<sup>58</sup>.

<sup>55</sup> “mettere in luce tutti quei meccanismi che consentono a Cicerone sia di profilare una riflessione che vada al di là del ‘ringraziamento’ sia di tracciare un nuovo, possibile equilibrio dei rapporti di potere”.

<sup>56</sup> “it is the excellence of Marcellus that lends respectability to Caesar’s act”.

<sup>57</sup> “Nelle parole di Cicerone si ridisegna, allo stesso tempo, un equilibrio tra l’immagine di Marcello, il beneficiato, e quella di Cesare, il benefattore”.

<sup>58</sup> In praising Caesar, Cicero drew on Greek epideictic conventions, for a number of *topoi* on kingship had evolved in the Greek and Hellenistic literary traditions which Cicero could adapt for this purpose – such as the praise of a ruler’s virtues and unique achievements, the emphasis on his divinity, as well as a reminder of the instability of his power. The Hellenistic fascination with the *paradoxon*, in particular, enabled Cicero to

Cícero, portanto, apresenta César com as mesmas características do cânone clássico que vimos anteriormente, remontando às ideias sobre o governante ideal que vêm desde Platão (BRAUND, 1998, p. 57; TEMPEST, 2013b, p. 278). Estas ideias, bem como o uso de sinônimos espalhados pela oração que a elas remetem, alinha-se com a noção de *rector rei publicae*, o político “ideal” sobre o qual Cícero discorre em *De Republica*. Cícero explora, nesse âmbito, o ideal de um homem político com qualidades quase divinas que, através de sua *sapientia* ou *prudencia*, contribui na preservação da constituição mista romana (TEMPEST, 2013b, p. 269).

É interessante pensar como o alocutário, nesse sentido, é construído a partir desta cenografia específica formada entre o gênero do discurso (epidítico panegírico) e o papel atribuído a César enquanto um autocrata com possíveis tendências republicanas em seus atos de *clementia*. Igualmente, ao implicar nas circunstâncias da aclamação unânime do perdão de Marcelo (Cic. *Fam.* IV, 4), Cícero também constrói em uma espécie de segundo plano, um “auditório secundário”, lançando sua visada argumentativa de cunho republicano àquela maioria cesarista no Senado. Desta maneira, César é demonstrado como aquele que, munido de tais características e revestido de tal poder, tem ao alcance de sua mão a capacidade de restaurar a *res publica* tão avidamente defendida por Cícero.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A *pro Marcello* é uma oração singular não apenas pelo seu gênero e pelas suas particularidades quase exógenas, mas pela desenvoltura que toma dentro do contexto em que se insere. Esta oração, neste sentido, marca o início de uma nova conjuntura política que vinha se desenhando a, talvez, quase meio século. *Pro Marcello* inaugura, em setembro de 46 AEC, uma oratória romana buscando adequar-se a tempos incertos nos quais o aparato institucional da República repousa quase inteiramente nas mãos de um homem.

Como tal, o discurso de Cícero não poderia deixar de ser dotado de certa opacidade, como sugere Dugan (2013), de sugestões turvas e elementos ambíguos. A AD, dentro da forma proposta por Maingueneau (2015) e Amossy (2020), vem como uma ferramenta que nos auxiliou, no desenrolar da presente pesquisa, a perpassar esta opacidade e olhar para o padrão lexical e argumentativo que revolve a figura de César no discurso. A ambiguidade passa a ser, sob esta lógica, considerada como componente do discurso e não um fator a ser resolvido. Afinal, a incerteza dos tempos faz parte de como o orador administra a cenografia e, simultaneamente, inscreve o auditório no discurso.

O gênero do discurso escolhido para o Senado contrasta daquele esperado na cúria. E as associações normalmente feitas a este gênero, por sua vez, contrastam com o teor republicano do discurso, que igualmente contrasta com a forma como César inicialmente é descrito quase como um monarca helenístico. Ainda assim os termos empregados na construção de César são de muitas maneiras sinônimos e apontam para a mesma ideia: a sabedoria e mansidão de caráter capaz de restaurar a ordem republicana.

Inicialmente, ao começarmos a nos debruçar sobre a leitura tanto da *pro Marcello* quanto das referências para o presente trabalho, tínhamos a hipótese de que Cícero pudesse legitimar ou invalidar a autocracia de César por meio do discurso. Acabamos por perceber, contudo, que tal legitimidade é muito mais um elemento condicional: à forma como Cícero o elogia tão diligentemente e então reverte seu argumento de maneira a vinculá-lo a *res publica*, de alguma forma, nos leva a pensar no componente legitimador como sendo a restauração desta. Do contrário, como Cícero sugere em *Marc.* 28-29, César acabará como apenas mais um general e conquistador cujos feitos não se destacam na memória das gerações futuras. Está unicamente nas mãos de César restaurar a República (*Cic. Marc.* 23), e Cícero constrói um

amparo discursivo na *pro Marcello* que o coloca de fato na condição de cumprir esta tarefa. *Gratiarum actio* e *suasoria* política coabitam a oração (TEMPEST, 2013a).

O presente trabalho contribui para pensar na *pro Marcello* por meio de um ângulo diferente e, em certa medida, novo. Dado o tempo para a realização da monografia, naturalmente não pudemos abordar a totalidade temática por nós percebida na oração. Desta forma, uma análise da *pro Marcello* e de suas principais personagens (nominalmente, Cícero, César, Marcelo e o corpo senatorial presente) com uma maior atenção aos princípios da análise do discurso seria de enorme contribuição aos estudos não apenas da *pro Marcello* quanto também das Orações Cesaristas e daquelas que as procederam.

Os limites destes estudos, em contrapartida, se dão no preciso momento em que focamos em tentar resolver aspectos relacionados à intenção do autor. Se retornarmos ao raciocínio que previamente trouxemos, em que Gagliardi (1997) e Krostenko (2005) conjecturam que Cícero pode ter atribuído a César intenções que o ditador não tinha ao perdoar Marcelo, perceberemos que é virtualmente impossível chegar à resposta de qual seria a intenção de Cícero ao fazê-lo ou ao valer-se de tamanha ambiguidade no discurso. Dyer (1990) e Gagliardi (1997), ao sugerir que o cerne da oração é uma ameaça contra César, desconsideram uma série de elementos presentes e concretos que integram a *pro Marcello* e oferecem respostas que não dependem inteiramente em um fator circunstancial desta ter sido publicada poucos meses antes ou depois. O importante, por conseguinte, não é pensar no *que*, propriamente, Cícero queria, mas sim *como* trazia certas discussões à tona mobilizando signos e ideais políticos enraizados no período ao qual pertencia.

## REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. **A Argumentação no Discurso**. São Paulo: Contexto, 2020.

ANSUÁTEGUI, Antonio Duplá. Violencia política en la crisis de la República romana. **Pasado Abierto**, Buenos Aires, n. 14, p. 51-74, 2021. Disponível em: <https://fh.mdp.edu.ar/revistas/index.php/pasadoabierto/article/view/5516/5824>. Acesso em: 10 out. 2022.

APPIAN. **The Civil Wars**. Tradução: John Carter. Nova York: Penguin Books, 1996.

ARISTOTLE. **The Art of Rhetoric**. Tradução: Robin Waterfield. Oxford: Oxford University Press, 2018.

BAILEY, Shackleton (ed.). **Cicero: Select Letters**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

BIANCO, Maurizio Massimo. Maritare il perdono, meritare la memoria: equilibrio del discorso e veredetto della storia nella *pro Marcello* di Cicerone. **Ricerche di Storia Antica**, Palermo, n.9, p. 472-98, 2017. Disponível em: <https://www.unipa.it/dipartimenti/cultureesocieta/riviste/hormos/hormos.-ricerche-di-storia-antica-9-n.s.-2017/>. Acesso em: 6 abr. 2020.

BRAUND, Susanna Morton. Praise and Protreptic in Early Imperial Panegyric: Cicero, Seneca and Pliny. In: WHITBY, Mary (ed). **The Propaganda of Power: The Role of Panegyric in Late Antiquity**. Leiden: Brill, 1998. p. 53-76.

CICERO. M. TVLLI CICERONIS PRO M. MARCELLO ORATIO. **The Latin Library**, [s. l.], [ca 800]. Disponível em: <https://www.thelatinlibrary.com/cicero/marc.shtml>.

CICERO. Pro Marcello. In: BERRY, D. H. (org.). **Cicero: Political Speeches**. Nova York: Oxford University Press, 2006. p. 212-21.

CICERO. **The Republic and The Laws**. Tradução: Niall Rudd. Nova York: Oxford University Press, 2008.

CICÉRON, Marcus Tullius; ROBERT, Jean-Noël (ed.). **Correspondence: Lettres 1 à 954**. Paris : Les Belles Lettres, 2021. Tradução de Léopold-Albert Constans, Jean Bayet e Jean Beaujeu.

CIPRIANI, Giovanni. La *pro Marcello* e il suo significato come orazione politica. **Atene e Roma**, vol. 22, 1977. p. 113-25.

DUGAN, John. Cicero and the Politics of Ambiguity: Interpreting the *pro Marcello*. In: STEEL, Catherine; BLOM, Henriette van der. **Community and Communication: Oratory and Politics in Ancient Rome**. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 211-25.

DYER, R. Rhetoric and Intention in Cicero's Pro Marcello. **Journal of Roman Studies**, v. 80, p. 17-30, 1990. Disponível em: < <https://www.jstor.org/stable/300278> >. Acesso em maio 2020.

FLOWER, Harriet L. **Roman Republics**. Princeton: Princeton University Press, 2010.

GAGLIARDI, Paola. **Il Dissenso e l'Ironia**: Per una rilettura delle orazioni "cesariane" di Cicerone. Napoli: M. D'Auria, 1997.

GOTOFF, Harold. Cicero's Caesarian Orations. *In*: MAY, James M. **Brill's Companion to Cicero: Oratory and Rhetoric**. Leiden: Brill, 2002. p. 219-70.

GRIMAL, Pierre. **Cicerone**. Milano: Elefanti Storia, 2011.

GUINSBURG, J. (org.). **A República de Platão**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

HALL, Jon. Serving the Times: Cicero and Caesar the dictator. *In*: DOMINIK, W. J. *et. al.* (org.). **Writing Politics in Imperial Rome**. Leiden: Brill, 2009. p. 89-110.

HELLEGOUARC'H, J. **Le Vocabulaire Latin des Relations et des Partis Politiques sous la République**. Paris: Les Belles Lettres, 1963.

HESK, Jon. Types of oratory. *In*: GUNDERSON, Erik (ed.). **The Cambridge Companion to Ancient Rhetoric**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 145-61.

KROSTENKO, Brian Alexander. Style and Ideology in the pro Marcello. *In*: HILLARD, T. WELCH, K. (org.). **Roman Crossings: Theory and Practice in the Roman Republic**. Classical Press of Wales, 2005. p. 283-316.

LADEIRA, Felipe Coelho de Souza. **A correspondência de Cícero durante a guerra civil: a crise política romana sob a ótica pública e privada**. Orientadora: Sandra Maria Gualberto Braga Bianchet, 2020. Tese (Doutorado). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/35549/1/A%20correspondência%20de%20Cícero%20durante%20a%20Guerra%20Civil.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

LINTOTT, Andrew. **The Constitution of the Roman Republic**. Nova York: Oxford University Press, 2009.

LOURENÇO, Frederico. **A Nova Gramática do Latim**. Lisboa: Quetzal, 2019.

MAINGUENEAU, Dominique. **As Variações sobre o Ethos**. São Paulo: Parábola, 2020.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e Análise de Discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Pontes, 1997.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. Cícero e os perigos da república: a construção do inimigo público nas Catilinárias. *In: Vargas, et. al. (Org). Língua e Linguagem no Mundo Antigo.* Porto Alegre: Fi, 2018. p. 199-221.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos.** Campinas: Pontes, 2020.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha. **Estudos de História da Cultura Clássica.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. v. 2, Cultura Romana.

PERELMAN, Ch.; OBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado de La Argumentación: La Nueva Retórica.** Madri: Gredos, 1989.

PETKAS, Alex. Epideictic Oratory. *In: MCGILL, Scott; WATTS, Edward J. (ed.). A Companion to Late Antique Literature.* Nova York: Wiley, 2018. p. 193-208.

PINTO, Milton José. **Comunicação e Discurso: Introdução à Análise de Discursos.** São Paulo: Hacker Editores, 2002.

PLUTARCH. **Plutarch's Lives.** Volume II. Nova York: The Modern Library, 2001.

POLYBIUS. **The Histories.** Tradução: Robin Waterfield. Oxford: Oxford University Press, 2010.

POWELL, J. F. G. Cicero's style. *In: STEEL, Catherine (org.). The Cambridge Companion to Cicero.* Cambridge: Cambridge University Press, 2013. p. 41-72.

RAWSON, Elizabeth. **Cicero: a Portrait.** Londres: Allen Lane: 1975.

REES, Roger (ed.). **Oxford's Readings in Classical Studies: Latin Panegyric.** Oxford: Oxford University Press, 2012.

REES, Roger. Panegyric. *In: MCGILL, Scott; WATTS, Edward J. (ed.). A Companion to Late Antique Literature.* Nova York: Wiley, 2018. p. 209-20.

ROSA, Cláudia Beltrão da. O *vir bonus* e a *prudetia civilis* em Marco Túlio Cícero. *In: ARAÚJO, Sônia Regina Rebel et. al. (org.). Intelectuais, Poder e Política na Roma Antiga.* Rio de Janeiro: Nau, 2010. p. 21-62.

RUSSEL, Donald. The Panegyrists and their Teachers. *In: WHITBY, Mary (ed). The Propaganda of Power: The Role of Panegyric in Late Antiquity.* Leiden: Brill, 1998. p. 17-50.

SALLUST. **Catiline's Conspiracy, The Jugurthine War, Histories.** Tradução: William W. Batstone. Oxford: Oxford University Press, 2010.

SCATOLIN, Adriano. Cicero's praise of Caesar in the *Pro Marcello*: a Reassessment of a Rhetorical Strategy. *In: MONTEFUSCO, Lucia Calboli; CELENTANO, Maria Silvana (ed.). Papers on Rhetoric XIV.* Perugia: Pliniana, 2018. p. 135-50.

SCHOLIA in orations Ciceronis Gronouiana codicis Voss. lat. Q138. **Biblioteca digitale di testi latini tardoantichi**, [s. l.], [900-?]. Disponível em: <https://digiliblt.uniupo.it/xtf/view?docId=dlt000459/dlt000459.xml;chunk.id=d2210e1508;toc.depth=1;toc.id=d2210e1508;brand=default>. Acesso em: 23 mar. 2022.

SHINOHARA, Débora dos Santos. Discurso sobre Marcelo. **Rónai: Revista de Estudos Clássicos e Tradutórios**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 61-74, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/ronai/article/view/23125>. Acesso em: 21 jun. 2020.

STEEL, Catherine. **The End of the Roman Republic: 146-44 BC**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

STEEL, Catherine. **Roman Oratory**. Oxford University Press, 2005.

TEMPEST, Kathryn. An *ethos* of sincerity: echoes of *De republica* in Cicero's *pro Marcello*. **Greece & Rome**, vol. 60, n. 2, p. 262-80, out. 2013b. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/greece-and-rome/issue/DA727B6D6742E15CF46E0BD18B7ABDC9>. Acesso em: 13 fev. 2022.

TEMPEST, Kathryn. Hellenistic Oratory at Rome: Cicero's *pro Marcello*. In: KREMMYDAS, C; TEMPEST, K. (org). **Hellenistic Oratory: Continuity and Change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013a. p. 295-318.

TEMPEST, Kathryn. **Cicero: Politics and Persuasion in Ancient Rome**. Londres: Continuum, 2011.

VOLK, Katharina. The Roman republic of letters: scholarship, philosophy, and politics in the age of Cicero and Caesar. Princeton: Princeton University Press, 2021.

WINTERBOTTOM, Michael. Believing the *pro Marcello*. In: MILLER, J., DAMON, C., MYERS, S. (org). **Vertis in Usum: Studies in Honor of Edward Courtney**. München: Saur, 2002. p. 24-38.

WISEMAN, T. P. **New Men in the Roman Senate: 139 B.C.-A.D. 14**. Londres: Oxford University Press, 1971.

**ANEXO A – M. TVLLI CICERONI PRO M. MARCELLO ORATIO**

[1] [I] Diuturni silenti, patres conscripti, quo eram his temporibus usus—non timore aliquo, sed partim dolore, partim verecundia—finem hodiernus dies attulit, idemque initium quae vellem quaeque sentirem meo pristino more dicendi. Tantam enim mansuetudinem, tam inusitatam inauditamque clementiam, tantum in summa potestate rerum omnium modum, tam denique incredibilem sapientiam ac paene divinam, tacitus praeterire nullo modo possum.

[2] M. enim Marcello vobis, patres conscripti, reique publicae reddito, non illius solum, sed etiam meam vocem et auctoritatem et vobis et rei publicae conservatam ac restitutam puto. Dolebam enim, patres conscripti, et vehementer angebar, virum talem, cum in eadem causa in qua ego fuisset, non in eadem esse fortuna; nec mihi persuadere poteram, nec fas esse ducebam, versari me in nostro vetere curriculo, illo aemulo atque imitatore studiorum ac laborum meorum, quasi quodam socio a me et comite distracto. Ergo et mihi meae pristinae vitae consuetudinem, C. Caesar, interclusam aperuisti, et his omnibus ad bene de [omni] re publica sperandum quasi signum aliquod sustulisti.

[3] Intellectum est enim mihi quidem in multis, et maxime in me ipso, sed paulo ante [in] omnibus, cum M. Marcellum senatui reique publicae concessisti, commemoratis praesertim offensionibus, te auctoritatem huius ordinis dignitatemque rei publicae tuis vel doloribus vel suspicionibus anteferre. Ille quidem fructum omnis ante actae vitae hodierno die maximum cepit, cum summo consensu senatus, tum iudicio tuo gravissimo et maximo. Ex quo profecto intellegis quanta in dato beneficio sit laus, cum in accepto sit tanta gloria.

[4] Est vero fortunatus ille, cuius ex salute non minor paene ad omnis quam ad ipsum ventura sit laetitia pervenerit. Quod quidem ei merito atque optimo iure contigit. Quis enim est illo aut nobilitate aut probitate aut optimarum artium studio aut innocentia aut ullo laudis genere praestantior? [II] Nullius tantum flumen est ingeni, nullius dicendi aut scribendi tanta vis, tanta copia, quae non dicam exornare, sed enarrare, C. Caesar, res tuas gestas possit. Tamen adfirmo, et hoc pace dicam tua, nullam in his esse laudem ampliolem quam eam quam hodierno die consecutus es.

[5] Soleo saepe ante oculos ponere, idque libenter crebris usurpare sermonibus, omnis nostrorum imperatorum, omnis exterarum gentium potentissimorumque populorum, omnis clarissimorum regum res gestas, cum tuis nec contentionum magnitudine nec numero proeliorum nec varietate regionum nec celeritate conficiendi nec dissimilitudine bellorum

posse conferri; nec vero disiunctissimas terras citius passibus cuiusquam potuisse peragrari, quam tuis non dicam cursibus, sed victoriis lustratae sunt.

[6] Quae quidem ego nisi ita magna esse fatear, ut ea vix cuiusquam mens aut cogitatio capere possit, amens sim: sed tamen sunt alia maiora. Nam bellicas laudes solent quidam extenuare verbis, easque detrahere ducibus, communicare cum multis, ne propriae sint imperatorum. Et certe in armis militum virtus, locorum opportunitas, auxilia sociorum, classes, commeatus multum iuvant: maximam vero partem quasi suo iure Fortuna sibi vindicat, et quicquid prospere gestum est, id paene omne ducit suum.

[7] At vero huius gloriae, C. Caesar, quam es paulo ante adeptus, socium habes neminem: totum hoc quantumcumque est (quod certe maximum est) totum est, inquam, tuum. Nihil sibi ex ista laude centurio, nihil praefectus, nihil cohors, nihil turma decerpit: quin etiam illa ipsa rerum humanarum domina, Fortuna, in istius societatem gloriae se non offert: tibi cedit; tuam esse totam et propriam fatetur. Numquam enim temeritas cum sapientia commiscetur, neque ad consilium casus admittitur.

[8] [III] Domuisti gentis immanitate barbaras, multitudine innumerabilis, locis infinitas, omni copiarum genere abundantis: sed tamen ea vicisti, quae et naturam et condicionem ut vinci possent habebant. Nulla est enim tanta vis, quae non ferro et viribus debilitari frangique possit. Animum vincere, iracundiam cohibere, victoriam temperare, adversarium nobilitate, ingenio, virtute praestantem non modo extollere iacentem, sed etiam amplificare eius pristinam dignitatem, haec qui fecit, non ego eum cum summis viris comparo, sed simillimum deo iudico.

[9] Itaque, C. Caesar, bellicae tuae laudes celebrabuntur illae quidem non solum nostris, sed paene omnium gentium litteris atque linguis, nec ulla umquam aetas de tuis laudibus conticescet. Sed tamen eius modi res nescio quo modo etiam cum leguntur, obstrepi clamore militum videntur et tubarum sono. At vero cum aliquid clementer, mansuete, iuste, moderate, sapienter factum—in iracundia praesertim, quae est inimica consilio, et in victoria, quae natura insolens et superba est—audimus aut legimus, quo studio incendimur, non modo in gestis rebus, sed etiam in fictis, ut eos saepe, quos numquam vidimus, diligamus!

[10] Te vero, quem praesentem intuemur, cuius mentem sensusque et os cernimus, ut, quicquid belli fortuna reliquum rei publicae fecerit, id esse salvum velis, quibus laudibus efferemus? quibus studiis prosequemur? qua benevolentia complectemur? Parietes (me dius fidius) ut mihi videtur huius curiae tibi gratias agere gestiunt, quod brevi tempore futura sit

illa auctoritas in his maiorum suorum et suis sedibus. [IV] Equidem cum C. Marcelli, viri optimi et commemorabili pietate praediti, lacrimas modo vobiscum viderem, omnium Marcellorum meum pectus memoria obfudit, quibus tu etiam mortuis, M. Marcello conservato, dignitatem suam reddidisti, nobilissimamque familiam iam ad paucos redactam paene ab interitu vindicasti.

[11] Hunc tu igitur diem tuis maximis et innumerabilibus gratulationibus iure antepones. Haec enim res unius est propria C. Caesaris: ceterae duce te gestae magnae illae quidem, sed tamen multo magnoque comitatu. Huius autem rei tu idem es et dux et comes: quae quidem tanta est, ut tropaeis et monumentis tuis adlatura finem sit aetas,—nihil est enim opere et manu factum, quod non [aliquando] conficiat et consumat ventustas:

[12] at haec [tua iustitia et lenitas animi] florescet cotidie magis, ita ut quantum tuis operibus diuturnitas detrahet, tantum adferat laudibus. Et ceteros quidem omnis victores bellorum civilium iam ante aequitate et misericordia viceras: hodierno vero die te ipsum vicisti. Vereor ut hoc, quod dicam, perinde intellegi possit auditum atque ipse cogitans sentio: ipsam victoriam vicisse videris, cum ea quae illa erat adepta victis remisisti. Nam cum ipsius victoriae condicione omnes victi occidissemus, clementiae tuae iudicio conservati sumus. Recte igitur unus invictus es, a quo etiam ipsius victoriae condicio visque devicta est.

[13] [V] Atque hoc C. Caesaris iudicium, patres conscripti, quam late pateat attendite. Omnes enim, qui ad illa arma fato sumus nescio quo rei publicae misero funestoque compulsi, etsi aliqua culpa tenemur erroris humani, scelere certe liberati sumus. Nam cum M. Marcellum deprecantibus vobis rei publicae conservavit, me et mihi et item rei publicae, nullo deprecante, reliquos amplissimos viros et sibi ipsos et patriae reddidit: quorum et frequentiam et dignitatem hoc ipso in consessu videtis. Non ille hostis induxit in curiam, sed iudicavit a plerisque ignoratione potius et falso atque inani metu quam cupiditate aut crudelitate bellum esse susceptum.

[14] Quo quidem in bello semper de pace audiendum putavi, semperque dolui non modo pacem, sed etiam orationem civium pacem flagitantium repudiari. Neque enim ego illa nec ulla umquam secutus sum arma civilia; semperque mea consilia pacis et togae socia, non belli atque armorum fuerunt. Hominem sum secutus privato consilio, non publico; tantumque apud me grati animi fidelis memoria valuit, ut nulla non modo cupiditate, sed ne spe quidem, prudens et sciens tamquam ad interitum ruerem voluntarium.

[15] Quod quidem meum consilium minime obscurum fuit. Nam et in hoc ordine integra re multa de pace dixi, et in ipso bello eadem etiam cum capitis mei periculo sensi. Ex quo nemo iam erit tam iniustus existimator rerum, qui dubitet quae Caesaris de bello voluntas fuerit, cum pacis auctores conservandos statim censuerit, ceteris fuerit iratior. Atque id minus mirum fortasse tum, cum esset incertus exitus et anceps fortuna belli: qui vero victor pacis auctores diligit, is profecto declarat se maluisse non dimicare quam vincere.

[16] [VI] Atque huius quidem rei M. Marcello sum testis. Nostri enim sensus ut in pace semper, sic tum etiam in bello congruebant. Quotiens ego eum et quanto cum dolore vidi, cum insolentiam certorum hominum tum etiam ipsius victoriae ferocitatem extimescentem! Quo gratior tua liberalitas, C. Caesar, nobis, qui illa vidimus, debet esse. Non enim iam causae sunt inter se, sed victoriae comparandae.

[17] Vidimus tuam victoriam proeliorum exitu terminatam: gladium vagina vacuum in urbe non vidimus. Quos amisimus civis, eos Martis vis perculit, non ira victoriae; ut dubitare debeat nemo quin multos, si fieri posset, C. Caesar ab inferis excitaret, quoniam ex eadem acie conservat quos potest. Alterius vero partis nihil amplius dicam quam (id quod omnes verebamur) nimis iracundam futuram fuisse victoriam.

[18] Quidam enim non modo armatis, sed interdum etiam otiosis minabantur; nec quid quisque sensisset, sed ubi fuisset cogitandum esse dicebant: ut mihi quidem videantur di immortales, etiam si poenas a populo Romano ob aliquod delictum expetiverunt, qui civile bellum tantum et tam luctuosum excitaverunt, vel placati iam vel satiati aliquando, omnem spem salutis ad clementiam victoris et sapientiam contulisse.

[19] Qua re gaude tuo isto tam excellenti bono, et fruire cum fortuna et gloria, tum etiam natura et moribus tuis: ex quo quidem maximus est fructus iucunditasque sapienti. Cetera cum tua recordabere, etsi persaepe virtuti, tamen plerumque felicitati tuae gratulabere: de nobis, quos in re publica tecum simul esse voluisti, quotiens cogitabis, totiens de maximis tuis beneficiis, totiens de incredibili liberalitate, totiens de singulari sapientia tua cogitabis: quae non modo summa bona, sed nimirum audebo vel sola dicere. Tantus est enim splendor in laude vera, tanta in magnitudine animi et consili dignitas, ut haec a virtute donata, cetera a fortuna commodata esse videantur.

[20] Noli igitur in conservandis bonis viris defetigari—non cupiditate praesertim aliqua aut pravitate lapsis, sed opinione officii stulta fortasse, certe non improba, et specie quadam rei

publicae: non enim tua culpa est si te aliqui timuerunt, contraque summa laus, quod minime timendum fuisse senserunt.

[21] [VII] Nunc venio ad gravissimam querelam et atrocissimam suspicionem tuam, quae non tibi ipsi magis quam cum omnibus civibus tum maxime nobis, qui a te conservati sumus, providenda est: quam etsi spero falsam esse, tamen numquam extenuabo verbis. Tua enim cautio nostra cautio est, ut si in alterutro peccandum sit, malim videri nimis timidus quam parum prudens. Sed quisnam est iste tam demens? De tuisne? —tametsi qui magis sunt tui quam quibus tu salutem insperantibus reddidisti? —an ex hoc numero, qui una tecum fuerunt? Non est credibilis tantus in ullo furor, ut quo duce omnia summa sit adeptus, huius vitam non anteponat suae. An si nihil tui cogitant sceleris, cavendum est ne quid inimici? Qui? omnes enim, qui fuerunt, aut sua pertinacia vitam amiserunt, aut tua misericordia retinuerunt; ut aut nulli supersint de inimicis, aut qui fuerunt sint amicissimi.

[22] Sed tamen cum in animis hominum tantae latebrae sint et tanti recessus, augeamus sane suspicionem tuam; simul enim augebimus diligentiam. Nam quis est omnium tam ignarus rerum, tam rudis in re publica, tam nihil umquam nec de sua nec de communi salute cogitans, qui non intellegat tua salute contineri suam, et ex unius tua vita pendere omnium? Equidem de te dies noctisque (ut debeo) cogitans, casus dumtaxat humanos et incertos eventus valetudinis et naturae communis fragilitatem extimesco; doleoque, cum res publica immortalis esse debeat, eam in unius mortalis anima consistere.

[23] Si vero ad humanos casus incertosque motus valetudinis sceleris etiam accedit insidiarumque consensio, quem deum, si cupiat, posse opitulari rei publicae credamus? [VIII] Omnia sunt excitanda tibi, C. Caesar, uni, quae iacere sentis, belli ipsius impetu, quod necesse fuit, perculsa atque prostrata: constituenda iudicia, revocanda fides, comprimendae libidines, propaganda suboles: omnia, quae dilapsa iam diffluxerunt, severis legibus vincienda sunt.

[24] Non fuit recusandum in tanto civili bello, tanto animorum ardore et armorum, quin quassata res publica, quicumque belli eventus fuisset, multa perderet et ornamenta dignitatis et praesidia stabilitatis suae; multaque uterque dux faceret armatus, quae idem togatus fieri prohibuisset. Quae quidem tibi nunc omnia belli volnera sananda sunt, quibus praeter te nemo mederi potest.

[25] Itaque illam tuam praeclarissimam et sapientissimam vocem invitus audivi: "Satis diu vel naturae vixi vel gloriae." Satis, si ita vis, fortasse naturae, addo etiam, si placet, gloriae: at, quod maximum est, patriae certe parum. Qua re omitte istam, quaeso, doctorum hominum in

contemnenda morte prodentiam: noli nostro periculo esse sapiens. Saepe enim venit ad aures meas te idem istud nimis crebro dicere, tibi satis te vixisse. Credo: sed tum id audirem, si tibi soli viveres, aut si tibi etiam soli natus esses. Omnium salutem civium cunctamque rem publicam res tuae gestae complexae sunt: tantum abes a perfectione maximorum operum, ut fundamenta nondum quae cogitas ieceris. Hic tu modum vitae tuae non salute rei publicae, sed aequitate animi definies? Quid, si istud ne gloriae tuae quidem satis est? cuius te esse avidissimum, quamvis sis sapiens, non negabis.

[26] Parumne igitur, inquires, magna relinquemus? Immo vero aliis quamvis multis satis, tibi uni parum. Quicquid est enim, quamvis amplum sit, id est parum tui, cum est aliquid amplius. Quod si rerum tuarum immortalium, C. Caesar, hic exitus futurus fuit, ut devictis adversariis rem publicam in eo statu relinqueres in quo nunc est, vide, quaeso, ne tua divina virtus admirationis plus sit habitura quam gloriae: si quidem gloria est inlustris ac pervagata magnorum vel in suos vel in patriam vel in omne genus hominum fama meritorum.

[27] [IX] Haec igitur tibi reliqua pars est: hic restat actus, in hoc elaborandum est, ut rem publicam constituas, eaque tu in primis summa tranquillitate et otio perfruire: tum te, si voles, cum et patriae quod debes solveris, et naturam ipsam expleveris satietate vivendi, satis diu vixisse dicito. Quid est enim [omnino] hoc ipsum diu, in quo est aliquid extremum? quod cum venit, omnis voluptas praeterita pro nihilo est quia postea nulla est futura. Quamquam iste tuus animus numquam his angustiis, quas natura nobis ad vivendum dedit, contentus fuit: semper immortalitatis amore flagravit.

[28] Nec vero haec tua vita ducenda est, quae corpore et spiritu continetur. Illa, inquam, illa vita est tua, quae vigebit memoria saeculorum omnium, quam posteritas alet, quam ipsa aeternitas semper tuebitur. Huic tu inservias, huic te ostentes oportet, quae quidem quae miretur iam pridem multa habet: nunc etiam quae laudet exspectat. Obstupescunt posterius certe imperia, provincias, Rhenum, Oceanum, Nilum, pugnas innumerabilis, incredibilis victorias, monumenta, munera, triumphos audientes et legentes tuos.

[29] Sed nisi haec urbs stabilita tuis consiliis et institutis erit, vagabitur modo tuum nomen longe atque late: sedem stabilem et domicilium certum non habebit. Erit inter eos etiam qui nascentur, sicut inter nos fuit, magna dissensio, cum alii laudibus ad caelum res tuas gestas efferent, alii fortasse aliquid requirent, idque vel maximum, nisi belli civilis incendium salute patriae restinxeris, ut illud fati fuisse videatur, hoc consili. Servi igitur eis etiam iudicibus, qui multis post saeculis de te iudicabunt, et quidem haud scio an incorruptius quam nos. Nam et sine amore et sine cupiditate et rursus sine odio et sine invidia iudicabunt.

[30] Id autem etiam si tum ad te, ut quidam falso putant, non pertinebit, nunc certe pertinet esse te talem, ut tuas laudes obscuratura nulla umquam sit oblivio. [X] Diversae voluntates civium fuerunt, distractaeque sententiae. Non enim consiliis solum et studiis, sed armis etiam et castris dissidebamus. Erat enim obscuritas quaedam; erat certamen inter clarissimos duces: multi dubitabant quid optimum esset, multi quid sibi expediret, multi quid deceret, non nulli etiam quid liceret.

[31] Perfuncta res publica est hoc misero fatalique bello: vicit is, qui non fortuna inflammaret odium suum, sed bonitate leniret; neque omnis quibus iratus esset, eosdem [etiam] exsilio aut morte dignos iudicaret. Arma ab aliis posita, ab aliis erepta sunt. Ingratus est iniustusque civis, qui, armorum periculo liberatus, animum tamen retinet armatum; ut etiam ille melior sit qui in acie cecidit, qui in causa animam profudit. Quae enim pertinacia quibusdam, eadem aliis constantia videri potest.

[32] Sed iam omnis fracta dissensio est armis, extincta aequitate victoris: restat ut omnes unum velint, qui modo habent aliquid non solum sapientiae, sed etiam sanitatis. Nisi te, C. Caesar, salvo, et in ista sententia qua cum antea tum hodie vel maxime usus es manente, salvi esse non possumus. Qua re omnes te, qui haec salva esse volumus, et hortamur et obsecramus, ut vitae tuae et saluti consulas; omnesque tibi, ut pro aliis etiam loquar quod de me ipse sentio, quoniam subesse aliquid putas quod cavendum sit, non modo excubias et custodias, sed etiam laterum nostrorum oppositus et corporum pollicemur.

[33] [XXX] Sed, ut unde est orsa, in eodem terminetur oratio,—maximas tibi omnes gratias agimus, C. Caesar, maiores etiam habemus. Nam omnes idem sentiunt, quod ex omnium precibus et lacrimis sentire potuisti: sed quia non est omnibus stantibus necesse dicere, a me certe dici volunt, cui necesse est quodam modo, et quod fieri decet—M. Marcello a te huic ordini populoque Romano et rei publicae reddito—fieri id intellego. Nam laetari omnis non de unius solum, sed de communi omnium salute sentio.

[34] Quod autem summae benevolentiae est, quae mea erga illum omnibus semper nota fuit, ut vix C. Marcello, optimo et amantissimo fratri, praeter eum quidem cederem nemini, cum id sollicitudine, cura, labore tam diu praestiterim, quam diu est de illius salute dubitatum, certe hoc tempore, magnis curis, molestiis, doloribus liberatus, praestare debeo. Itaque, C. Caesar, sic tibi gratias ago, ut omnibus me rebus a te non conservato solum, sed etiam ornato, tamen ad tua in me unum innumerabilia merita, quod fieri iam posse non arbitrabar, maximus hoc tuo facto cumulus accesserit.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Pró-Reitoria de Graduação  
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar  
Porto Alegre - RS - Brasil  
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564  
E-mail: [prograd@pucrs.br](mailto:prograd@pucrs.br)  
Site: [www.pucrs.br](http://www.pucrs.br)